

# Associação Solidária de Autogestão Comunitária do Brasil

## Manifesto

**(Rascunho – Versão 2.1 – 01/12/2022)**

### **Atenção!**

Este documento está em elaboração e deve sofrer ajustes. Trata-se de um rascunho que compartilhamos, nesse estágio em que se encontra, com vistas a receber sugestões e propostas de adesão à Associação (Anexo 3), que podem ser enviadas por e-mail a: [info@comunir.org](mailto:info@comunir.org).

A página de contato é: [www.comunir.org](http://www.comunir.org)

**Dezembro de 2022**

---

## Sumário

Introdução.....	4
I. Projeto Político e Social.....	6
1. Autogestão Comunitária.....	6
2. Associação Solidária.....	6
3. Sociedades de Classe e Comunhão Histórica dos Oprimidos.....	6
4. Libertação e Comunidades Humanas.....	6
5. Libertação Humana e Desenvolvimento das Forças Econômicas.....	7
6. Não há Libertação sem os Meios Necessários para Realizá-la.....	7
7. A Apropriação Injusta dos Meios Econômicos.....	7
8. A Apropriação dos Meios Econômicos nas Sociedades Opressivas e Classistas.....	8
9. Acertos e Erros das Lutas de Libertação.....	8
10. O Caráter Político e Social das Lutas de Libertação.....	9
11. Limitações de Algumas Experiências Históricas de Libertação Econômica, Política e Social.....	9
Limitações do Liberalismo.....	9
Limitações do Socialismo Aristocrata e Pequeno Burguês.....	9
Limitações do Socialismo Burguês e Utópico.....	10
Limitações do Comunismo Clássico, Cristão e Vulgar.....	11
Limitações da Social-Democracia.....	12
Limitações do Socialismo Estatal.....	12
Limitações do Socialismo de Mercado.....	14
Limitações do Socialismo Autogestionado.....	15
Limitações do Socialismo Democrático.....	16
12. Aprendizados Históricos a Reafirmar.....	16
13. Uma Nova Sociedade em Permanente Processo de Libertação.....	17
II. Projeto Estratégico.....	19
Organização de Circuitos Econômicos Solidários por Comunidades Autogestionadas.....	19
1. Aspecto Econômico.....	19
Produção e Realização do Valor.....	19
Circuitos Econômicos Solidários como Âmbito de Realização do Valor.....	19
Experiências Históricas de Validação dessa Estratégia.....	19
Circuito Econômico Solidário.....	20
O Empório como Meio de Realização Solidária do Valor.....	20
O Fundo Solidário como Meio para Libertação de Forças Econômicas.....	21
Plantas Multiuso como Meios Associativos de Produção, Circulação e Ação Cultural.....	21
A Comunidade Econômica Autogestionada como Base da Democracia Substantiva.....	21
Plataforma Eletrônica para Circuitos Locais e sua Integração Regional, Nacional e Internacional.....	22
Integração de Fluxos Econômicos Internacionais por meio de Redes Econômicas Solidárias.....	22
2. Aspecto Político e Social.....	22
Capilarização e Consolidação da Associação de Autogestão Comunitária do Brasil.....	22
Participação Política dos Associados em Partidos do Campo Democrático Popular.....	23
Participação Social dos Associados na Realização dos Poderes Associativo e Público Não-Estatal.....	23
3. Horizontes.....	23

III. Metodologia da Ação.....	25
Aspectos Educativo, Político e Social.....	27
IV. Instrumentos Tecnológicos.....	28
1. Ferramentas de Tecnologia da Informação.....	28
Incubação de Circuitos Econômicos.....	28
Operacionalização de Circuitos Econômicos Solidários.....	28
Reorganização de Fluxos Econômicos em Redes e Circuitos Solidários.....	29
2. Instrumental Matemático para Projetação de Circuitos Econômicos Solidários.....	30
Modelagem Matemática da Progressão Básica do Valor e Libertação de Forças Econômicas.....	30
Exemplo de Aplicação.....	31
Resultados Obtidos com a Projeção.....	33
Anexo 1 – Dados de Balanço da Coop – Cooperativa de Consumo, Santo André, 2020-2021....	36
Anexo 2 – Emprego do Instrumental Matemático na Projeção Simplificada de Fluxos Econômicos em Redes de Circuitos Econômicos Solidários.....	37
Anexo 3 – Como ingressar na Associação Solidária de Autogestão Comunitária do Brasil.....	43

## Introdução

Este documento apresenta o projeto político e social, o projeto estratégico, a metodologia de ação e os instrumentos tecnológicos básicos para realizar a autogestão comunitária do Brasil.

### ***Projeto Político e Social***

Ao tratar do projeto político e social apresentamos a compreensão que temos da realização das liberdades públicas e privadas e de como os meios econômicos, de poder e de conhecimento devem ser colocados ao serviço do bem-viver de todos.

Tratamos da exploração do trabalho, da expropriação no intercâmbio econômico, da espoliação no crédito, da privação no consumo, da degradação ambiental e dos diversos graus de exclusão social e de dominação cultural que devem ser abolidos em novas sociedades, fundadas na associação solidária entre as pessoas, comunidades e povos, para a construção de novos modos de produção, de novos sistemas de intercâmbio e crédito e de novas formações sociais de caráter plenamente democrático.

Abordamos diferentes projetos políticos desenvolvidos ao longo da história, enfatizando suas limitações e insuficiências para a realização dos objetivos econômico, político, social e cultural a serem alcançados pela autogestão comunitária em seus diferentes níveis.

E enfatizamos alguns aspectos a serem considerados na ação política e social com a respeito à realização do projeto de libertação popular e de construção de uma sociedade substantivamente democrática, capaz de detectar, combater e suprimir antigas e novas formas de opressão e de dominação e de efetivar uma nova formação social fundada na auto-organização do poder popular.

### ***Projeto Estratégico***

Com respeito ao projeto estratégico, apresentamos como transitar de um modo de produção, de circulação, de crédito e de consumo que realimenta os circuitos econômicos do capital para um novo modo de produção, de circulação, de crédito e de consumo, autogestionado comunitariamente, que realimenta a expansão e o equilíbrio dinâmico dos circuitos econômicos solidários.

Mostramos como, com essa transição progressiva, valores que antes eram realizados como lucro pelos capitais comercial, produtivo e creditício se convertem em excedentes econômicos que alimentam fundos solidários, sob autogestão comunitária, usados para investimentos na expansão, consolidação e multiplicação de Circuitos Econômicos Solidários, dando origem a uma *res social*, isto é, a um *bem associativo* em proveito da comunidade local, e a uma *res publica*, isto é, a um *bem público* em proveito da sociedade brasileira como um todo.

Mostramos como avançar, por meio da Associação, na integração local, municipal, estadual e nacional desses circuitos, de seus fluxos econômicos, de poder e de conhecimento, na democratização substantiva da economia, da política e da cultura no país, consolidando sob o aspecto institucional o novo modo de produção, o novo sistema de intercâmbio e crédito e a nova formação social, democrática e solidária.

## **Metodologia de Ação**

Com respeito à metodologia, este Manifesto apresenta, sob o aspecto econômico, os passos a serem dados no processo de educação popular e de auto-organização das comunidades para a constituição de Circuitos Econômicos Solidários locais e para sua integração na rede nacional de Circuitos Econômicos Solidários.

Apresenta, igualmente, sob o aspecto social e político, o modo de *integração das comunidades locais na Associação nacional* e a forma como se dá a *participação de seus membros, segundo suas próprias escolhas, nos diferentes partidos políticos do campo democrático e popular*, para avançar respectivamente na democratização substantiva da sociedade e do Estado.

Apresenta também o modo como a Associação realiza a formulação de políticas públicas a serem implementadas por ela própria e como realiza a proposição dessas políticas aos governos locais, estaduais e nacionais da República Federativa do Brasil para a sua possível implementação conjunta pelo Estado brasileiro.

## **Instrumentos Tecnológicos**

Na última seção o Manifesto apresenta as principais ferramentas de tecnologia da informação que usamos para a implementação do projeto estratégico da Associação e o instrumental matemático básico para a projeção de circuitos econômicos solidários com a segurança necessária para a previsão de resultados a serem alcançados com a manutenção dos padrões adotados na organização de seus fluxos econômicos e de funcionamento do Circuito.

# I. Projeto Político e Social

## 1. Autogestão Comunitária

A *autogestão comunitária* é o modo como o *poder popular*, o poder do povo organizado em torno de um projeto de libertação popular, é exercido por meio de comunidades para construir e sustentar democraticamente, com a autodeterminação de fins e a autogestão de meios, as formas de organização social que são capazes de detectar, combater e suprimir ao longo do tempo as diferentes formas de opressão, sejam elas econômicas, políticas, culturais ou de outra natureza, que vão sendo detectadas no interior das próprias comunidades autogestionadas e da sociedade como um todo.

A autogestão comunitária não apenas supera relações *opressivas* e *dominadoras* mas institui novas relações econômicas, políticas, sociais e culturais *libertadoras* em proveito do bem-viver de todos.

## 2. Associação Solidária

Dado o seu caráter institucional, a *associação solidária*, legalmente constituída, avança na afirmação de novos modos de produção, de circulação e de crédito, em novas formas de apropriação pessoal, associativa e pública, e formas solidárias de obtenção dos meios requeridos à realização ética das liberdades públicas e privadas.

Ela legalmente assegura, portanto, a existência de uma *res social* e de uma *res publica*, democraticamente autogestionadas pelas comunidades que compõem a sociedade em seu conjunto, em função do bem associativo e público, para a mais ampla promoção do bem-viver das pessoas, comunidades, sociedades e povos.

## 3. Sociedades de Classe e Comunhão Histórica dos Oprimidos

Como a autogestão comunitária é realizada, em sua fase inicial, no interior de sociedades que estão divididas em classes sociais que possuem interesses antagônicos, é importante explicitar claramente o sentido e emprego da palavra *libertação*, para que ela não seja esvaziada de seu conteúdo operativo ante os desafios de superação das sociedades de classe e de construção de sociedades fundadas na *comunhão histórica dos oprimidos*, isto é, que se constituem em seu cotidiano *comunir*, verbo que indica *munir de maneira recíproca e completa, segundo as capacidades e necessidades de cada qual, tudo o que seja requerido para o bem-viver de todos e de cada qual no seio das comunidades humanas*.

## 4. Libertação e Comunidades Humanas

A libertação humana somente pode ocorrer no seio de comunidades humanas.

Todos os seres humanos possuem *necessidades* por atender e *objetivos* por realizar. A libertação humana de suas *carências* e para as suas *realizações* é impossível de ser alcançada por indivíduos isolados, pois nenhum indivíduo isoladamente é capaz de produzir os meios de que necessita para a realização de sua liberdade.

A libertação econômica, política, social e cultural dos seres humanos somente pode ocorrer no seio de comunidades humanas, pois os seres humanos se libertam em comunhão – dado ser a *comunhão* o ato ou o efeito de as pessoas *comunirem* reciprocamente entre si os meios necessários ao seu bem-

viver, sendo pois a comunhão o resultado da atividade recíproca de as pessoas *munirem-se* do que lhes seja requerido para realizar a liberdade de todas e de cada uma delas, na melhor solução possível, segundo as necessidades e capacidades de cada qual, em proveito de todos.

## **5. Libertação Humana e Desenvolvimento das Forças Econômicas**

A evolução dos meios da realização das liberdades assim como as próprias necessidades humanas acompanham o desenvolvimento das forças econômicas.

Em síntese, o exercício de qualquer liberdade humana exige os meios próprios para a sua realização. Tais meios são, em grande medida, produto das comunidades humanas, criados e aperfeiçoados ao longo das gerações, com o desenvolvimento das forças produtivas, de circulação e de crédito. O desenvolvimento dessas forças econômicas, alimentadas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, possibilita igualmente o desenvolvimento e refinamento das próprias necessidades humanas.

Não há pois libertação completa ou definitiva dos *seres humanos*, pois as *necessidades* humanas devem ser cotidianamente satisfeitas para a realização das *liberdades* humanas e ambas se modificam ao longo da história das pessoas e das comunidades no seio das relações sociais.

## **6. Não há Libertação sem os Meios Necessários para Realizá-la**

De fato, a linguagem, como meio para pensar, é fruto das comunidades humanas. A produção de qualquer bem ou serviço, requer meios de produção. A circulação de qualquer bem ou serviço requer meios de circulação e intercâmbio. A realização de qualquer investimento requer meios de crédito. A realização de qualquer ato de consumo requer meios de consumo.

Não há pois como negar que a realização de qualquer liberdade, tal como a satisfação de qualquer necessidade, exige os meios adequados para tanto. Tais meios encontram na natureza a sua fonte material, que possibilita atender algumas necessidades humanas de maneira direta, com valores de uso naturais. Mas é graças ao contínuo trabalho humano que a transformação dos meios naturais resulta numa grande diversidade de valores de uso que possibilita expandir sempre mais o horizonte de realização das liberdades humanas.

Assim, sem o oxigênio produzido diretamente pela ação de seres naturais, por exemplo, não viveríamos. Por outra parte, sem a produção dos meios de satisfação das necessidades humanas em graus de maior complexidade, com sua transformação e aperfeiçoamento ao longo do tempo pelos seres humanos em sua práxis social, não haveria a expansão das liberdades humanas.

Os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo das gerações, os meios de produção, de circulação, de crédito e de consumo são meios para a realização de liberdades humanas; são meios necessários para a libertação dos indivíduo e dos povos. Mas eles também podem ser usados de maneira opressiva e dominadora.

## **7. A Apropriação Injusta dos Meios Econômicos**

Da injusta apropriação de meios econômicos resultam as ações de exploração, expropriação, espoliação, privação, exclusão e degradação nas sociedades de classe.

Na maior parte da história humana, a apropriação injusta de tais meios propiciou a organização de modos de produção, de circulação e de crédito opressivos, como no capitalismo, por exemplo,

fundados: na *exploração* dos trabalhadores que produzem os valores de uso, recebendo pagamentos injustos pelo seu trabalho em relação à mais-valia que eles produzem; na *expropriação* dos consumidores no intercâmbio das mercadorias, pagando frequentemente valores injustos que sobrepõem os valores dos produtos e dos custos de sua circulação; e na *espoliação* no crédito, com o pagamento pelos prestatários de taxas de juros exorbitantes em relação aos custos de realização do crédito recebido.

O resultado final dessas práticas de exploração, expropriação e espoliação, que enriquecem uma parcela cada vez menor da sociedade, é a privação ou exclusão, em graus diversos, da maior parte da sociedade na satisfação de suas necessidades de consumo e de desenvolvimento humano em sua omnilateralidade, lançada a graus de pobreza e miséria cada vez maiores em relação às riquezas socialmente produzidas.

Essas ações opressivas, movidas pela acumulação privada de riquezas que reduz todos os custos possíveis para ampliar a realização de lucros, degradam não apenas as relações sociais, mas igualmente as relações ecológicas de sobrevivência das espécies, exaurindo e poluindo os ecossistemas, colocando em risco nas últimas décadas a continuidade da vida humana no planeta, em razão da alteração de emissão natural e incontrolável de gases danosos aos seres humanos como efeito previsível do aquecimento global provocado pelas tecnologias atualmente usadas para maximizar a produção e realização de lucros.

## **8. A Apropriação dos Meios Econômicos nas Sociedades Opressivas e Classistas**

Os seres humanos, por natureza, são seres comunais. Mas a apropriação injusta dos meios de realização das liberdades resulta em sociedades opressivas e classistas.

De fato, nenhum ser humano é capaz de atender às suas próprias necessidades sozinho, sem a mediação de outros seres humanos ou de outros seres vivos. Por natureza somos seres comunais. É no seio da cooperação social, da associação entre pares, que os seres humanos podem prosperar em conjunto como pessoas, comunidades e sociedades.

O atendimento social de suas necessidades humanas não pode ocorrer sem o emprego dos meios de produção, de circulação e de crédito para isso. Contudo, a apropriação de tais meios tem sido objeto de uma luta histórica, por parte das classes sociais, sob diferentes formações sociais.

## **9. Acertos e Erros das Lutas de Libertação**

Ao longo da história, os mais belos ideais alimentaram as lutas de libertação dos seres humanos: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”, “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”, “A libertação da classe trabalhadora será obra da classe trabalhadora”. “De cada qual segundo a sua capacidade e a cada qual segundo a sua necessidade, para o bem-viver de todos!”.

Na práxis de sua realização, contudo, muitos acertos e erros foram e são cometidos, sendo necessário compreender as diferentes soluções encontradas à luz dos momentos históricos em que foram desenvolvidas e aprender com todas elas, para não repetir os seus fracassos e aprender com sua história.



## **10. O Caráter Político e Social das Lutas de Libertação**

O caráter político dessas soluções se refere ao antagonismo entre classes diversas, com respeito ao modo contraditório de realização das liberdades de uma classe em relação a outras; e o caráter social se refere à solidariedade e cooperação no seio da classe social para introduzir novos modos de produção, de circulação e de crédito e novas formações sociais em proveito da realização das liberdades do conjunto da sociedade.

## **11. Limitações de Algumas Experiências Históricas de Libertação Econômica, Política e Social**

### **Limitações do Liberalismo**

O liberalismo surgiu como um movimento de libertação em relação ao absolutismo, ao Estado confessional e ao direito divino dos reis. Afirmando que cada ser humano tem um direito natural à vida, à liberdade e à propriedade, o liberalismo asseverou a igualdade de todos perante a lei, defendeu as liberdades de pensamento, de expressão, de imprensa e de religião; liberdades políticas de organização, a democracia representativa e o Estado de direito; e liberdades econômicas, relacionadas ao direito de posse e usufruto da propriedade dos meios econômicos, o livre comércio e o livre mercado.

Em algumas de suas vertentes filosóficas, como a kantiana, o liberalismo afirmava a necessidade ética de reconhecer cada ser humano como um fim em si mesmo e nunca como um meio, desdobrando disso que cada qual deveria se empenhar em promover a felicidade alheia tanto quanto buscasse a felicidade própria.

O liberalismo, entretanto, revelou-se como um projeto político da classe burguesa, uma vez que os mecanismos de reprodução da exploração do trabalho, de expropriação no intercâmbio e de espoliação no crédito foram canonizados legalmente pelo Estado como direitos das classes proprietárias dos meios de produção, de circulação e de crédito, que, com seu poder econômico, asseguravam a manutenção de leis injustas, que protegiam as liberdades da classe proprietária em detrimento da realização das liberdades das maiorias exploradas, expropriadas e espoliadas.

A crítica fundamental a ser feita ao liberalismo não nega as liberdades por ele defendidas, nem mesmo a liberdade de apropriação privada dos meios econômicos, mas o fato de que tais liberdades não podem ser exercidas para negar a liberdade dos demais: 1) seja em processos de exploração, expropriação, espoliação, privação e exclusão econômica das pessoas, resultando em direitos formais que não podem ser exercidos pelas maiorias empobrecidas por não disporem das propriedades materiais necessárias para exercê-las; 2) seja em processos de degradação ecológica de biomas específicos ou em atividades que afetam ao planeta como um todo, por exemplo.

### **Limitações do Socialismo Aristocrata e Pequeno Burguês**

O chamado “socialismo aristocrata” ou “socialismo feudal” foi empunhado por aristocratas ingleses e franceses como crítica à moderna sociedade burguesa no século XVIII. Para buscar adesão das massas populares, parte da aristocracia parecia deixar de lado seus próprios interesses em favor de objetivos da classe trabalhadora e do povo em geral, satirizando a burguesia, criticando-a de maneira incisiva e apontando sua catástrofe futura, que fragmentaria a sociedade, levando à revolução do proletariado. Esses aristocratas igualmente conferiram ao ascetismo cristão, de uma vida simples e fraterna, um matiz socialista.

De sua parte, o “socialismo pequeno-burguês” foi defendido por setores que possuíam pequenos negócios, e compunham uma classe social intermediária entre o proletariado e a burguesia. Escritores socialistas pequeno-burgueses apoiavam a classe trabalhadora contra a burguesia explicitando as contradições nas relações de produção capitalistas, particularmente os efeitos da concentração de capital e da terra, da superprodução, das crises econômicas e das desigualdades na distribuição de riqueza e como isso realimentaria os conflitos entre as nações.

Ao formular um socialismo que reeditava relações produtivas de corte feudal, os *socialistas aristocratas* não apontavam verdadeiramente para a superação do modo econômico de produção capitalista, mas basicamente para a sua negação política e o retorno a um tipo de socialismo agrário. Ainda assim, tratava-se de um setor minoritário da aristocracia. Pois, nos momentos de acirramento das contradições sociais, os aristocratas e burgueses em geral se uniam no combate contra os interesses da classe trabalhadora.

Por seu turno, o *socialismo pequeno-burguês*, buscando valer-se dos velhos meios de produção e de troca e subordiná-los às velhas relações de apropriação, tornou-se reacionário e utópico. Além disso, a pequena burguesia em geral, conforme as conjunturas, ora apoiava os interesses dos trabalhadores contra a burguesia, ora aliava-se à burguesia contra os interesses da classe trabalhadora.

Essas vertentes do socialismo, contudo, realizaram críticas importantes e contundentes ao capitalismo, mas não apontaram uma estratégia válida para a superação da sociedade de classes pela ação da classe trabalhadora.

### **Limitações do Socialismo Burguês e Utópico**

Parte da burguesia, compondo reformadores de todo tipo e buscando evitar que consequências das injustiças sociais inerentes ao modo de produção e de apropriação capitalista colocassem em risco a continuidade da própria sociedade burguesa, propôs a implantação de sistemas socialistas completos que poderiam existir conjuntamente ao capitalismo. Com isso, preservariam as relações sociais burguesas em seus empreendimentos, esvaziando a luta de classes que poderia revolucioná-las. Criando modelos formais de uma sociedade justa e solidária, mostravam como construí-la, preservando contudo os limites da sociedade burguesa existente.

Tais modelos, focados nas mudanças das condições materiais no interior dessas comunidades socialistas, abdicavam da abolição política das relações burguesas de produção e de apropriação de riqueza na sociedade em geral, e defendiam reformas que não afetavam as relações hegemônicas de exploração do trabalho, expropriação no intercâmbio e espoliação no crédito pelo capital. Pelo contrário, tal socialismo burguês propunha, por exemplo, o livre comércio, tarifas protecionistas e outras medidas de interesse da burguesia como sendo de interesse da classe trabalhadora.

De sua parte, o “socialismo utópico”, no período de queda da sociedade feudal, compôs as primeiras tentativas do proletariado em alcançar seus objetivos históricos. Contudo, as condições de pouco desenvolvimento das forças produtivas naquela época impediram a sua efetividade.

Embora os antagonismos de classe fossem reconhecidos e explicitados nessa abordagem, não se reconhecia no proletariado um movimento político capaz de hegemonizar a transformação da sociedade como um todo, focando sua atenção em inventar novas formas de organização da sociedade, com planos de ação que atenderiam aos interesses da classe trabalhadora.

Buscando melhorar a condição das pessoas, com suas experiências socialistas em pequena escala e rejeitando a ação política e revolucionária para superar as contradições entre classes, imaginavam

que bastaria demonstrar que uma sociedade justa pudesse existir para que todos se mobilizassem em sua construção.

Almejando a harmonia social, propunham que o Estado se convertesse em administrador da produção econômica em proveito da sociedade.

Entretanto, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas criou as condições objetivas para a superação do capitalismo, esse “socialismo utópico”, que continha aspectos revolucionários em sua origem, acabou por se tornar reacionário, ao abafar a luta de classes em favor da reconciliação dos antagonismos, sonhando com a realização de comunidades isoladas, fundadas nas crenças sobre os efeitos libertadores que sua ciência social prometia alcançar.

### **Limitações do Comunismo Clássico, Cristão e Vulgar**

Os comunismos clássico e vulgar enfatizam a importância do Estado para assegurar a realização do bem comum.

Em *A República*, Platão propôs na antiguidade a extinção da propriedade privada e da família para o surgimento de uma sociedade ideal, extinguindo-se o conflito entre o Estado e o cidadão, em proveito do bem público. Nessa sociedade, em que a família seria abolida, os filhos seriam sustentados e educados pelo Estado.

Por outra parte, com o cristianismo, até o século III, surgem comunidades econômicas em que ninguém dizia que eram suas as coisas e nas quais tudo era comum. Nelas, os bens eram compartilhados, divididos segundo as necessidades das pessoas e famílias, e, conforme relatos da época, não havia necessitados entre eles. Com a posterior incorporação do cristianismo no século IV como religião oficial do Império Romano, algumas dessas comunidades locais se converteram em *municípios*, tornando-se instâncias administrativas do Estado, perdendo em grande parte seu caráter emancipatório.

Entre os séculos XII e XV, novos movimentos surgem na Igreja Católica, pregando o repúdio à propriedade privada em favor da propriedade comunal para o atendimento das necessidades de todos numa vida simples. E outros movimentos surgem no século XVI com o mesmo teor entre cristãos protestantes.

Por fim, no século XIX, tem-se o renascimento do comunismo cristão e a formulação de um comunismo ateu e vulgar, ambos considerando de modo diverso o papel do Estado na implantação da nova sociedade, inclusive de maneira forçada.

Esse comunismo vulgar, entretanto, não percebeu que a libertação dos indivíduos e das comunidades humanas não pode ser imposta pelo Estado. Não compreendeu que o *livre desenvolvimento das individualidades* não é apenas uma meta futura do comunismo a ser alcançada após a superação das classes sociais, mas o único meio pelo qual a meta do *livre desenvolvimento da comunidade humana* pode ocorrer no processo dessa superação.

Essas abordagens não entenderam, igualmente, que estatizar os meios econômicos ou compartilhá-los diretamente, por si só, não suprime a sua escassez para o atendimento das necessidades de todos, sendo necessário libertar as forças de produção, de circulação e de crédito, aprisionadas sob o capitalismo, para, com o emprego da ciência e da tecnologia, gerar a abundância necessária dos meios econômicos requeridos para a libertação das pessoas e comunidades humanas de suas privações.

Defensores desse comunismo não perceberam, especialmente, que se a primeira conquista da classe trabalhadora é alcançar sua hegemonia política com a *democracia*, suas demais conquistas não resultam de eliminar a própria democracia, mas de fortalecê-la e realizá-la *substantivamente* com a consolidação do *poder público*, do poder do povo, dando origem a uma nova institucionalidade que pouco a pouco suprime as classes sociais pela real democratização da propriedade econômica.

### **Limitações da Social-Democracia**

A social-democracia preconiza a ação econômica e social do Estado, para assegurar o bem-estar do conjunto da população. Ao mesmo tempo em que promove as liberdades privadas dos proprietários, estabelece limites para o seu exercício, de modo a regular a economia, disciplinando legalmente a ação dos atores econômicos, visando alcançar uma distribuição de renda mais justa e a consolidação da democracia representativa.

Originalmente concebida como uma forma de transição para o socialismo e o comunismo, acabou por se converter num movimento de reformas progressivas do capitalismo sem o objetivo de superá-lo estruturalmente. Com isso, não se trata de abolir a exploração do trabalho, a expropriação no intercâmbio e a espoliação no crédito, mas apenas de discipliná-las, redistribuindo renda pela mediação da cobrança de impostos e a realização de políticas públicas estatais, mediadas ou não pela participação de organizações não-governamentais da sociedade civil.

No período pós-guerra, de 1945 a 1989, a social-democracia prosperou na Europa Ocidental, pois o grande capital, temendo que o socialismo praticado no Leste Europeu se propagasse para o Ocidente pela ação do movimento operário, de suas organizações e partidos, aceitou fazer concessões em proveito da classe trabalhadora e da população em geral. Mas, com a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu, os capitalistas na Europa Ocidental passaram a promover o desmonte progressivo de diversas políticas constitutivas do Estado de Bem-Estar Social, em nome de fortalecer a competitividade econômica da Europa.

A social-democracia não percebeu que sua ascensão e expansão estiveram associadas a um conjunto de concessões capitalistas motivadas pela existência de um bloco socialista no Leste Europeu como alternativa ao capitalismo e não pela capacidade política da própria social-democrática em impor limitações aos processos de exploração, expropriação e espoliação capitalistas.

Os defensores da social-democracia tampouco perceberam que a democratização do Poder Público não se resume à *democratização política do Estado* em sentido estrito, mas requer a *democratização econômica da sociedade civil* como sujeito do contrato social que institui o Estado.

Ao preservar e regular as relações capitalistas de exploração, expropriação e espoliação, a social-democracia abdicou da real democratização econômica da sociedade, protegendo a acumulação privada de riqueza pela classe dos proprietários, sustentando a negação do real exercício das liberdades privadas dos explorados, expropriados e espoliados, na extensão dessa mesma opressão econômica legalizada como direito.

### **Limitações do Socialismo Estatal**

O socialismo estatal concentra os principais meios de produção e sua gestão no Estado, por meio da propriedade e regulação estatal. A partir da revolução russa de 1917, que deu origem à *União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS* em 1922, a propriedade dos meios produtivos nesse bloco compunha as formas sociais de propriedade estatal, cooperativa e familiar, havendo também formas de propriedade privada de certas classes de meios produtivos.

Embora a planificação econômica centralizada tenha sido instituída, intercâmbios mercantis foram mantidos no seio desses países. Se por um lado serviços de educação e saúde, entre outros, tornaram-se públicos, universais e gratuitos, por sua vez, a obtenção de meios de consumo cotidiano era realizada parcialmente mediante distribuição administrativa e parcialmente mediante compra e venda. A planificação de preços de uma parte desses produtos pelo Estado exigiu um sistema de subsídios que redistribuía as diferenças de custos produtivos e dos resultados entre todos. Mas havia também preços de mercado não planejados, praticados pelas cooperativas e camponeses.

Como nenhum país ou bloco de países produz tudo o que necessita, a URSS precisava importar, de países externos ao bloco, itens estratégicos para sua economia, tais como insumos, maquinários e outros meios produtivos, necessários à sua industrialização e crescimento econômico – particularmente em meio à revolução tecnológica dos anos 1970. Para comprar tais produtos no mercado mundial, os países desse bloco necessitavam de divisas, isto é, de dólares, que eram obtidas com suas exportações de bens primários ou básicos para países externos ao bloco.

Porém, com suas transações comerciais impactadas pelas políticas monetárias dos Estados Unidos, que alteravam o valor do dólar ante as demais moedas e mercadorias no mercado mundial, as exportações desses países socialistas resultavam na entrada de menos divisas em dólar quando este estava valorizado; e suas importações necessitavam de mais dólares, dos quais não dispunham, quando ele estava desvalorizado.

Recorrendo a empréstimos internacionais para assegurar suas importações, submetendo-se a processos de espoliação financeira e de expropriação em seus intercâmbios no mercado internacional, a URSS acumulou uma dívida enorme e entrou em crise no final da década de 1980, *sendo forçada a uma reconversão capitalista dos países que compunham o bloco como condição para a obtenção de novos empréstimos*, que somente foram liquidados pela Rússia em 2017.

Tais políticas monetárias dos Estados Unidos, alterando o preço do petróleo em dólares, provocou igualmente processos inflacionários não apenas nesses países mas no mundo todo, obrigando-os a elevar suas taxas de juros para a contenção do aumento de preços no mercado interno, sacrificando assim o crescimento econômico nacional e aumentando, ainda mais, as dívidas públicas e privadas nessas nações.

Os defensores desse socialismo confundiram o Público com o Estatal. E esse modelo, não obstante as diversas vertentes políticas hegemônicas que se sucederam ao longo de suas 7 décadas de realização, revelou-se autoritário e frágil para transitar à realização de uma formação social centrada no livre desenvolvimento das individualidades em sua relação dialética com o livre desenvolvimento das comunidades humanas.

Não entenderam que embora o poder do Estado possa ser legitimamente usado para conter a reação violenta da burguesia contra a democracia, jamais poderia ser empregado para impor qualquer tipo de *libertação* por meio de qualquer forma de ditadura, ainda que esta seja adjetivada como *ditadura democrática* por impor medidas que atenderiam à maioria da população negando liberdades individuais da minoria burguesa – liberdades essas que, entretanto, deveriam ser válidas para todos, independentemente de sua condição burguesa ou proletária.

Por outra parte, voltando suas atenções ao desenvolvimento das suas forças produtivas no contexto da revolução tecnológica principiada nos anos 1970, não percebeu que suas vulnerabilidades no âmbito da circulação ou do intercâmbio em nível internacional poderiam contribuir para a sua própria ruína.

## Limitações do Socialismo de Mercado

O “*socialismo de mercado*” ou “*economia de mercado socialista*” foi a solução chinesa impulsionada por Deng Xiao Ping, a partir de 1976, buscando integrar eficiência de mercado e equilíbrio macroeconômico, visando aumentar a competitividade global chinesa e acelerar o crescimento nacional. Nessa modalidade de socialismo, empresas privadas com fins de lucro foram incentivadas no país, capitais internacionais para lá migraram e com a exportação de seus produtos baratos para todo o mundo a China formou uma gigantesca reserva em divisas internacionais, grande parte em títulos do Tesouro norte-americano. Estudiosos afirmam que o setor privado é responsável por cerca de dois terços do Produto Interno Bruto da China.

O principal mecanismo dessa estratégia consiste na distribuição de renda para as camadas populares com o aumento gradativo e constante dos salários, elevando com isso o consumo interno e ativando, por consequência, as cadeias produtivas locais no atendimento dessa demanda solvente de modo a não gerar inflação. Por outra parte, a formação de preços nos mercados com a atuação das empresas estatais e cooperativadas assegura a realização de excedentes por parte das empresas públicas, associativas e privadas com a venda de seus produtos, possibilitando a manutenção permanente de lucros ou excedentes solidários que permitem investimentos que expandem a economia para o atendimento do aumento da demanda interna, num laço de crescimento autossustentado.

Sob o aspecto democrático, o socialismo chinês desenvolveu um modelo de eleição direta dos representantes locais do Congresso do Povo, que por sua vez elegem os representantes do nível hierárquico imediatamente superior e assim por diante. Pela base o sistema compõe aproximadamente um milhão de aldeias ou vilas. Cada subdivisão administrativa da China possui o seu Congresso do Povo, sendo o Congresso Nacional a instância legislativa máxima que elege o Presidente do país e o Conselho de Estado. Do mesmo modo, os Congressos definem os chefes de governo em seu nível correspondente, sendo que em nível local, eles podem ser escolhidos por diversos mecanismos, incluindo eleições diretas.<sup>1</sup>

Em sua competição global, entretanto, a economia chinesa adotou as mesmas tecnologias capitalistas que impactam dramaticamente os ecossistemas. E, tal qual a social-democracia, aceitou preservar e regular mecanismos de exploração, expropriação e espoliação capitalistas no interior do país para, com isso, preservar a realização de excedentes e enfrentar a concorrência capitalista internacional.

O Artigo 6 da Constituição de 1982, revisada em 2018, embora afirme que “a base do sistema econômico socialista da República Popular da China é a propriedade pública socialista dos meios de produção, ou seja, a propriedade de todo o povo e a propriedade coletiva dos trabalhadores”, e que “o sistema de propriedade pública socialista substitui o sistema de exploração do homem pelo homem”, adota entretanto o princípio que afirma “de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com seu trabalho.” Esse princípio é limitado e seria próprio ao *socialismo*, a ser substituído pelo que afirma a distribuição “de acordo a necessidade de cada qual” somente quando o estágio do comunismo fosse alcançado.

Na prática, contudo, como todos os seres humanos são diferentes, a realização efetiva da justiça, já no socialismo, exige tratar desigualmente os desiguais: assim, crianças, anciãos e pessoas com deficiência, por exemplo, que não possam trabalhar, devem receber segundo sua *necessidade* e não segundo o seu *trabalho*, considerando as disponibilidades existentes de meios econômicos em proveito de todos. As medidas que, na prática, são aplicadas atualmente na China assegurando a

---

1 Na China há oito partidos: Comitê Revolucionário do Kuomintang Chinês, a Liga Democrática Chinesa, a Associação Chinesa para Construção Democrática, a Associação Chinesa para a Promoção da Democracia, o Partido Democrático Camponês e Operário, o Partido Zhi Gong, a Sociedade Jiusan e a Liga da Autonomia Democrática de Taiwan

proteção desses segmentos contrastam, de fato, com essa máxima introduzida na nova redação da Constituição que não corresponde ao caráter subsidiário de sua economia em relação aos mais necessitados no país.

Diante disso, cabe reafirmar que a democracia substantiva considera como reparar as injustiças na produção, apropriação e uso ou consumo dos meios requeridos para o exercício das liberdades. Não se trata de esperar pela realização futura do comunismo para então começar a assegurar a liberdade das pessoas conforme suas necessidades. Mas, considerando os excedentes disponíveis para a promoção do bem-viver de todos, segundo o estágio de desenvolvimento das forças econômicas que vai sendo alcançado no transcurso do tempo, compartilhá-los cotidianamente com equidade e inteligência, dando prioridade de atendimento a quem esteja mais desprovido dos meios requeridos à satisfação de suas necessidades fundamentais, no respeito a sua dignidade humana, compondo tal atendimento com a continuidade da libertação das forças econômicas, para a geração sustentável de uma abundância ainda maior em proveito de todos.

### **Limitações do Socialismo Autogestionado**

O *socialismo autogestionado*, com a administração das fábricas pelos trabalhadores, realizou-se historicamente na *República de Iugoslávia* a partir de 1950 até a sua dissolução no começo dos anos 1990. Nó pós-guerra, sob o comando do general Josip Tito, que comandou a resistência às tropas nazifascistas, organizou-se a República de Iugoslávia, integrando seis países: Bósnia, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Servia. A Federação da Iugoslávia não fazia parte do bloco soviético, mas do bloco dos países não-alinhados, conhecido como Terceiro Mundo.

O rompimento da Iugoslávia com o stalinismo em 1950 significou a transição de um planejamento econômico centralizado para uma “*economia socialista participativa*”, com o Estado sendo proprietário somente dos grandes meios de produção. Com a autogestão, as fábricas e cooperativas passaram a possuir autonomia em sua liberdade de tomar decisões administrativas e de competir no mercado. Contudo, embora houvesse essa autonomia das unidades produtivas, com a descentralização econômica, na prática, os gerentes de empresas e a burocracia estatal retroalimentavam a centralização política.

A autogestão se aplicava não somente às cooperativas, mas também ao poder público local, organizado como *comuna*, sendo esta não apenas uma unidade administrativa, mas igualmente econômica, assumindo responsabilidades e funções em relação a atividades das unidades produtivas em nível local.

Impactada, como a URSS, pelas políticas monetaristas norte-americanas e forçada a acordos idênticos, parte das comunas resistiu à reintrodução do capitalismo, iniciando-se uma guerra escalada por diferentes fatores, que somente teve fim com a intervenção das tropas da OTAN, em 1999, que ilegalmente usou a sua força militar contra a Iugoslávia sem a aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

Essa forma de autogestão, contudo, mostrou-se vulnerável pela dependência das unidades econômicas em relação aos gerentes de empresas e à burocracia estatal. E, especialmente, pela lógica de que a competição das empresas autogestionadas entre si nos mercados locais contribuiria para a eficiência econômica do modelo socialista.

## Limitações do Socialismo Democrático

O socialismo democrático enfatiza a propriedade pública e a democracia política como elementos centrais do socialismo. A propriedade pública é aquela controlada pelos cidadãos conscientes em proveito do bem comum, podendo assumir a forma estatal ou associativa, mas sempre subordinada ao controle democrático da sociedade.

O socialismo democrático se opõe ao caráter autoritário de outras propostas socialistas e comunistas e a formas de transição forçada do capitalismo para o socialismo. Ele propõe uma economia democrática, gestionada com a participação dos trabalhadores e suas comunidades, por meio de suas organizações de caráter popular.

Politicamente pode-se distinguir duas abordagens em sua realização. Uma delas adota a via eleitoral como mecanismo para assumir o controle dos aparelhos do Estado e realizar um conjunto de políticas públicas que avança na socialização da economia, da política e da cultura. Outra delas, de caráter mais anarquista ou libertário, defende a autogestão direta dos meios de produção pelos trabalhadores e por suas comunidades sem a mediação estatal.

Embora seja uma proposta em construção, revela-se consistente em sua formulação geral de que os fins devem possuir identidade com os meios que conduzem a eles. As estratégias de sua implementação, nas duas vertentes mencionadas, necessitam contudo de permanente ajuste para evitar recair em formas de social-democracia, no primeiro caso, ou de socialismo utópico, no segundo.

É preciso igualmente evitar que se confunda público com estatal, no primeiro caso, imaginando que o socialismo se construa pela ação do poder estatal e não pelas organizações populares da sociedade civil, em torno de um projeto de libertação popular. E evitar, no segundo caso, que a ação direta seja tomada como solução para a construção do socialismo democrático, desconsiderando que as novas formas de produção, intercâmbio e crédito requerem uma institucionalização política e social para se consolidarem como nova formação social hegemônica.

## 12. Aprendizados Históricos a Reafirmar

Com base nos acertos e erros do passado e nas experiências de libertação econômica em curso no presente, reafirma-se a necessidade de assegurar as liberdades individuais e coletivas de todas as pessoas indistintamente e no exercício dessas liberdades alcançar a elevação e manutenção da classe trabalhadora, de suas comunidades e organizações, à posição hegemônica no seio da sociedade e do Estado, por meio da conquista, exercício e consolidação da *democracia*, tanto na esfera *econômica* quanto na esfera da institucionalidade *política* do poder público.

Com a *auto-organização social* e a *hegemonia política* da classe trabalhadora, exercida por meio de suas comunidades e organizações de trabalhadores e consumidores, criam-se as condições para consolidar governos democrático-populares e *transferir progressivamente*, com a auto-organização econômica da sociedade, *os fluxos econômicos dos Circuitos Econômicos Capitalistas para os Circuitos Econômicos Solidários*, assegurando com os excedentes obtidos mediante esse expediente a apropriação de meios de produção, de circulação e de crédito pelo verdadeiro poder *público*, pelo poder *popular*, isto é, pelos trabalhadores, consumidores e suas comunidades, que constituem o *povo* como *sujeito histórico de libertação*, organizados como bloco hegemônico.

Com o reinvestimento solidário dos excedentes nos Circuitos Econômicos Solidários em função do atendimento das necessidades comunitárias, a magnitude das forças solidárias de produção, de circulação e de crédito tende a aumentar rapidamente. Por outra parte, políticas de redistribuição de



renda e de oportunidades, baseadas no princípio solidarista e republicano de subsidiariedade, devem ser igualmente implementadas pelo poder público com vistas a promover a *liberdade*, a *igualdade* e a *solidariedade* entre todos, nas melhores condições possíveis segundo o estágio alcançado de desenvolvimento das forças produtivas.

A nova institucionalidade democrática que se firma vai abolindo, progressivamente, as leis injustas, entre as quais, as que garantem os direitos de exploração dos trabalhadores, de expropriação dos consumidores e de espoliação dos prestatários e de degradação ambiental. E vai implementando políticas públicas, estatais e não-estatais, que garantam progressivamente o acesso de toda as pessoas e comunidades aos meios requeridos à realização do seu bem-viver, considerando o conjunto de suas necessidades e o asseguramento sustentável do bem público.

Com o desenvolvimento desse processo de transição, quando os circuitos econômicos do capital se reduzirem a um fator de menor importância no conjunto da economia e quase toda produção, circulação e crédito estiverem concentradas nos circuitos econômicos solidários, sob o controle de uma vasta rede de comunidades solidárias de trabalhadores e consumidores, o poder público terá perdido seu caráter político e aprofundará, com a autogestão comunitária da *res publica* e da *res associativa*, o seu caráter social.

Desse modo, o poder político, organizado numa sociedade de classes para que uma delas suprima o poder das demais, desaparecerá, afirmando-se amplamente, no processo de libertação popular, o poder social, que é o poder organizado das comunidades solidárias para, entre outras coisas, assegurar a produção, a circulação e o crédito necessários à realização das liberdades públicas e privadas com equidade, em proveito do bem-viver de todos.

Esse processo elimina as bases materiais dos antagonismos de classe e das classes como tais, abolindo, por isso mesmo, a própria hegemonia e existência da classe trabalhadora como classe social. O processo de libertação popular, a partir daí, tem nas comunidades autogestionadas, integradas como *poder público*, o seu sujeito histórico.

Desse modo, a sociedade burguesa, suas classes e antagonismos de classe, progressivamente dá lugar a uma nova formação social, democrática e solidária, a uma associação entre os seres humanos na qual o *livre desenvolvimento de cada um* é condição para o livre desenvolvimento de todos; na qual o *livre desenvolvimento das individualidades* é condição para o livre desenvolvimento das comunidades.

Por outra parte, nela igualmente o *livre desenvolvimento das comunidades* e o *livre desenvolvimento de todos* realimentam o livre desenvolvimento das individualidades e a realização das liberdades privadas e públicas de cada qual, em proveito do bem-viver de toda a sociedade, pois *os seres humanos se libertam em comunhão – isto é, em seu comunir multirrecíproco no atendimento de suas necessidades para a realização de suas liberdades*.

### **13. Uma Nova Sociedade em Permanente Processo de Libertação**

A nova sociedade que buscamos construir não pode aceitar qualquer forma de opressão ou dominação. Nela o democrático uso da força pelo *poder público* é legitimamente empregado quando visa a proteger as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas e legalmente asseguradas, para a realização do bem-viver das pessoas, comunidades e povos.

São inadmissíveis quaisquer formas de discriminação étnicas, raciais, nacionais, religiosas, físicas, de gênero, por orientação sexual, políticas e de outras ordens. Incrustadas nas culturas das sociedades e na forma como os poderes difusos ou centralizados são exercidos, é necessário dialogicamente questionar, a cada dia, em que medida processos opressivos e de dominação não

estariam presentes em nossas práxis de libertação, para evitar que a formação social existente e as novas em construção acobertem e realimentem tais práticas e processos.

O compartilhamento do conhecimento, mediado pela informação, comunicação e educação dialógica, é essencial para a libertação dos seres humanos. Por isso, enfatizamos a necessidade de assegurá-lo da melhor forma a todas as pessoas e comunidades, de maneira plural e crítica, oportunizando o desenvolvimento das habilidades cognitivas, emocionais e ativas de todos, para que cada qual possa realizar livremente as suas escolhas, asseguradas em seu direito à autodeterminação pessoal e social, da melhor forma possível, em proveito do bem de si e dos demais.

Reafirmamos que a libertação dos oprimidos é obra deles próprios, em aliança com todos e todas que lhes são solidários.

## II. Projeto Estratégico

### Organização de Circuitos Econômicos Solidários por Comunidades Autogestionadas

#### 1. Aspecto Econômico

##### Produção e Realização do Valor

O elemento central da estratégia econômica é assegurar que *a realização do valor econômico ocorra nos circuitos econômicos solidários e não nos circuitos econômicos do capital.*

Os circuitos do valor econômico abrangem todas as etapas da *metamorfose do valor*, seja do valor capital ou do valor solidário. Neles o valor assume diversas *formas*, tais como: signos de valor (dinheiro, pontos, etc.), meios de produção, de circulação e de crédito, produtos e mercadorias. Em ambos os circuitos há processos de entrada de valor, saída de valor e realimentação interna de valor.

O processo da reprodução ampliada do capital como um todo integra os anéis do capital produtivo, comercial e creditício na metamorfose de valor. Neles ocorre a exploração do trabalho, a expropriação no intercâmbio e a espoliação no crédito. E, por fim, a *mais-valia criada pelo trabalho produtivo* flui pelo circuito do capital no processo de intercâmbio e é *realizada em lucros* que são acumulados, em grande parte, pelo capital produtivo, comercial e creditício.

De igual modo, entretanto, o mais-valor produzido na maioria das iniciativas de economia solidária, popular e familiar é igualmente *realizado como lucro* e acumulado nos circuitos econômicos do capital, uma vez que os fluxos de sua produção e circulação estão interconectados a estes circuitos através do mercado.

##### Circuitos Econômicos Solidários como Âmbito de Realização do Valor

É possível, entretanto, inverter esta situação, de modo tal a que partes crescentes dos fluxos de valores econômicos, produzidos nos circuitos capitalistas e solidários, *sejam realizados como valor excedente e acumulados* nos circuitos econômicos solidários, em fundos comunitários, autogeridos pelas comunidades locais.

Isso requer basicamente a organização de *empórios solidários ou outras formas de comércio e distribuição* nos Circuitos Solidários que possibilitem aos associados comprar ou obter de modo associativo os produtos (bens e serviços) que antes compravam nos mercados. Desse modo, parte dos valores dessas compras, que antes eram realizados como lucro pelo capital comercial, podem ser realizados como excedentes de valor nos Circuitos Solidários e destinados a *fundos de libertação econômica.*

##### Experiências Históricas de Validação dessa Estratégia

A experiência histórica dos circuitos já existentes e amplamente documentada e a experiência da Coop, no ABC paulista, por exemplo, nos comprovam o acerto dessa estratégia.

Fundada em 1954 por trabalhadores e trabalhadoras do Grupo Rhodia, em Santo André, a Cooperativa de Consumo expandiu-se na década 1970, criando um hipermercado e unidades em São Bernardo e São Caetano do Sul. Em 1976 alterou o Estatuto Social, possibilitando a associação de qualquer pessoa. Com isso, em 2021 ela alcançou a marca de 950 mil cooperados ativos, 6 mil colaboradores diretos, 113 unidades de varejo, sendo 31 lojas de supermercado, 3 postos de combustíveis e 79 drogarias, posicionando-se como a 18ª. rede de varejo no ranking da Associação Brasileira de Supermercados, com o faturamento anual de R\$ 2,7 bilhões.

Com respeito aos valores revertidos aos cooperados pela Coop em 2020, registra-se R\$ 18,5 milhões em sobras retornadas, R\$ 14 milhões em descontos exclusivos e R\$ 2,7 milhões em auxílio funeral. Por sua vez, as doações realizadas em 2021 a entidades assistenciais somaram R\$ 1,2 milhão e doações de alimentos somaram 838 toneladas.

O balanço de 2020 da Coop mostrou uma sobra bruta (total de vendas menos custo total de mercadorias) em torno de R\$ 618 milhões e uma sobra líquida de mais de R\$ 18,5 milhões (ver anexo 1). No ano de 2021 foram realizados investimentos na ordem de R\$ 65 milhões em tecnologia, inovação e melhoria, investimento em manutenção, novas unidades e reformas.

Por sua vez, o Circuito Econômico Solidário de Curitiba, organizado em 2016, contribuiu para verificar diferentes aspectos dessa estratégia e possibilitar o desenvolvimento de ferramentas de tecnologia de informação, destinadas à organização e gestão de circuitos econômicos solidários, comprovando igualmente a realização autogestionada de valores que foram destinados ao Fundo do Circuito, em magnitude superior a 5% do faturamento do Empório do Circuito ao longo desses anos de seu funcionamento.

### **Circuito Econômico Solidário**

Um **Circuito Econômico Solidário** é uma forma organizativa de economia solidária que conecta processos de consumo, intercâmbio, produção e crédito, autogestionados por uma comunidade, que possibilitam, mediante margens obtidas na atividade econômica realizada pelos membros do próprio circuito, constituir um Fundo Econômico Solidário, autogestionado pela comunidade para o desenvolvimento socioeconômico dela mesma, particularmente por meio de investimentos em plantas e equipamentos de circulação e de produção e em atividades de capacitação na modalidade de educação popular.

### **O Empório como Meio de Realização Solidária do Valor**

Um **Empório Solidário** é um empreendimento associativo na área de intercâmbio que facilita a integração das compras cotidianas das famílias, no qual elas podem comprar tudo o que comprariam em um supermercado convencional, mas também produtos ecológicos e solidários de produtores associados ao Circuito.

Ele opera de maneira sustentável, econômica, ecológica e socialmente, alcança a sua sustentação e crescimento com as atividades que realiza no atendimento das necessidades da comunidade e destina parte dos *excedentes monetários* apurados ao Fundo Econômico Solidário do Circuito.

Ele também facilita o intercâmbio não-monetário entre os associados, na forma de trocas e doações de *excedentes de produção*, evitando perdas aos produtores e consumidores.

O Empório pode operar de vários modos: como *empório on line*, recebendo e totalizando os pedidos, comprando os produtos com ganhos de escala e realizando a entrega em domicílio; como

uma *unidade de varejo*, similar às unidades da Coop no ABC paulista, com entrega dos pedidos em domicílio ou retirada local; como um *People's Supermarket*, onde as pessoas podem buscar os produtos de que necessitam e valer-se de outros serviços nesses mesmos locais; como um *barco armazém*, que a cada dia atraca em uma comunidade ribeirinha; como um *caminhão armazém* que a cada dia estaciona em uma nova comunidade nos sertões e periferias com toneladas de produtos; como *barraca de feira*, na qual as famílias retiram semanalmente os produtos demandados; ou como qualquer *ponto fixo* da Rede Brasileira de Comercialização Solidária, entre outras soluções para a sua operacionalização.

### **O Fundo Solidário como Meio para Libertação de Forças Econômicas**

O **Fundo Econômico Solidário** é um fundo comunitário, constituído com valores oriundos do Empório e de outros empreendimentos solidários que utilizam as plantas comunitárias de produção e de intercâmbio do Circuito, destinando-lhe um percentual do faturamento que realizam no atendimento das demandas dos associados.

Os valores do Fundo são autogeridos pela própria comunidade, a fim de libertar suas forças de produção, de circulação e de crédito, com a criação de novos empreendimentos de economia solidária, para o atendimento das necessidades do Circuito Local e da Rede Nacional de Circuitos Econômicos Solidários.

### **Plantas Multiuso como Meios Associativos de Produção, Circulação e Ação Cultural**

Na medida em que os fundos o permitam, os Circuitos passam a realizar investimentos para ampliar sua capacidade de produção e circulação a partir de projetos estratégicos. Uma forma de otimizar tais investimentos é a criação de plantas multiuso, que podem ser compartilhadas por diferentes iniciativas para diferentes propósitos.

**Planta Multiuso de Produção** é uma estrutura comunitária com equipamentos, ferramentas e utensílios básicos que podem servir à produção de diferentes bens e serviços, podendo ser usada de maneira compartilhada por vários empreendimentos e grupos de produção associados ao Circuito, em dias e horários previamente agendados. Pode haver, nas plantas produtivas, áreas diversas destinadas à produção ou beneficiamento de diferentes classes de produtos, por exemplo: uma para produtos alimentícios e outra para produtos de higiene e limpeza, de modo a preservar as condições de segurança dos ambientes em separado para os diferentes tipos de produção.

**Planta Multiuso de Intercâmbio** é uma estrutura com equipamentos necessários à realização de atividades de comércio, de trocas e de dádivas, a ser usada pelo Empório e também, de modo compartilhado, por outras iniciativas de intercâmbio associadas ao Circuito.

**Planta Multiuso de Capacitação e de Atividades Comunitárias** é uma estrutura equipada que pode ser utilizada para atividades de educação e treinamento, assembleias de autogestão do Circuito, serviço de refeições, feiras de trocas e de doações, eventos artísticos e culturais e para outras reuniões e atividades comunitárias.

### **A Comunidade Econômica Autogestionada como Base da Democracia Substantiva**

A comunidade econômica, composta dos associados, realiza a autogestão do Circuito, compondo dialogicamente o saber de experiência feito das pessoas e o saber econômico validado cientificamente em suas tomadas de decisão sobre suas ações de libertação econômica.

As ações de **libertação econômica** são atividades de consumo, intercâmbio (compra e venda, trocas, dar e receber), produção de bens e serviços, empréstimo e compartilhamento de valores que contribuem para *suprimir as privações econômicas sofridas pelas pessoas e comunidades* na realização de seu desenvolvimento humano e social e para *ampliar a sua disposição de meios de produção, de circulação e de crédito*, com vistas a produzir e distribuir os meios econômicos e culturais requeridos à expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente exercidas, das pessoas e comunidades para a sustentável realização de seu bem-viver.

## **Plataforma Eletrônica para Circuitos Locais e sua Integração Regional, Nacional e Internacional**

Elemento importante dessa estratégia é a criação e gerenciamento solidário de uma *plataforma on line de economia solidária*, que facilite: o desenvolvimento e a multiplicação dos circuitos econômicos solidários em todo o país; a interconexão de seus fluxos econômicos, conectando demanda, intercâmbio e produção; a autogestão compartilhada de seus fundos, para investimentos conjuntos em plantas de produção e circulação; e atividades de capacitação, desenvolvimento e apropriação tecnológica, levando em conta as diferentes realidades de cada circuito econômico solidário, seu contexto territorial e a cultural local.

A plataforma atualmente em uso é a de [solidarius.net](http://solidarius.net) que é objeto de copropriedade dos Circuitos que a utilizam e que assumem o compromisso de seu desenvolvimento e sustentação.

## **Integração de Fluxos Econômicos Internacionais por meio de Redes Econômicas Solidárias**

As redes de circuitos econômicos, conectadas via plataformas on line, possibilitam assegurar que os fluxos econômicos autogestionados pelas comunidades locais operem também em nível internacional.

Para mediar esses intercâmbios sem depender do sistema financeiro e de divisas internacionais foi desenvolvida em 2007 uma metodologia e tecnologia que permitem usar Créditos Solidários, registrados em blockchains respaldados em valores econômicos preservados em um fundo mundial, dividido em seções nacionais. Desse modo, os Créditos são usados na compensação dos fluxos econômicos de bens e serviços, podendo ser utilizados para outros intercâmbios locais e internacionais no interior da rede ou ser resgatados junto à seção nacional do Fundo de compensações para pagamentos que requeiram o uso de moedas nacionais. Os créditos são emitidos mediante aportes monetários ao Fundo e são eliminados mediante resgate de valores monetários do Fundo.

A internacionalização da rede de circuitos é considerada essencial nessa estratégia para evitar que bloqueios econômicos ou políticas monetárias das grandes potências dificultem as ações estratégicas de libertação econômica em níveis nacionais e internacionais, uma vez que as conexões econômicas no interior da rede se fazem entre nodos, de maneira descentralizada e distribuída.

## **2. Aspecto Político e Social**

### **Capilarização e Consolidação da Associação de Autogestão Comunitária do Brasil**

A ampliação do número de associados em todo o país, alcançando seus estados e municípios, permitirá consolidar fluxos de poder e de conhecimento para o avanço da estratégia econômica e concretização do projeto político da Associação.

Através da plataforma será possível realizar tomadas de decisão em níveis nacional, regional e local compondo processos centralizados, descentralizados e distribuídos de comunicação e de ação direta e institucional.

### **Participação Política dos Associados em Partidos do Campo Democrático Popular**

A Associação incentiva que seus membros participem ativamente de partidos políticos do campo democrático-popular e contribuam com suas reflexões e elaborações de propostas e de políticas públicas, compartilhando os acúmulos da Associação na auto-organização de comunidades econômicas solidárias, redes colaborativas e circuitos econômicos solidários.

### **Participação Social dos Associados na Realização dos Poderes Associativo e Público Não-Estatal**

Dado o seu caráter de uma associação nacional, legalmente constituída, a Associação Solidária de Autogestão Comunitária do Brasil assume a forma de uma institucionalidade abrangente que promove a autogestão comunitária de fundos e patrimônios, com vistas a promover a democratização substantiva da sociedade, buscando assegurar a todas as pessoas o acesso aos meios de produção, de circulação, de crédito e de consumo, requeridos para a sustentação material da realização de suas liberdades.

O mesmo empenho ela tem em assegurar o acesso de todos ao cultivo do conhecimento, das artes e da ciência, para o desenvolvimento humano de seus associados e da população do país, com base na ética que promove a expansão das liberdades públicas e privadas para o bem-viver das pessoas, das comunidades e dos povos.

Igualmente a Associação se empenha em promover a autodeterminação de fins e a autogestão de meios, pelas comunidades locais, como mediação da democratização substantiva do país. Por isso, ela incentiva que cada comunidade adote os mecanismos jurídicos que lhes pareça mais adequados para assegurar o controle associativo, pelos trabalhadores e consumidores, de suas iniciativas econômicas, evitando sua incorporação por unidades maiores que implique em abdicar de seu poder de decisão sobre seus fundos e recursos, que devem estar sempre voltados para a realização do bem associativo e do bem público.

Para consolidar novos modos de produção, novos sistemas de intercâmbio e crédito e novas formações sociais, a Associação combate frontalmente toda forma de exploração, expropriação, espoliação, privação injusta e dominação no campo econômico como também toda forma de discriminação e preconceito, defendendo a autonomia das pessoas em suas escolhas privadas que não reneguem as liberdades alheias, públicas e privadas.

## **3. Horizontes**

Todas as pessoas maiores de 16 anos, que concordem com esse Manifesto, com os estatutos e regimento da Associação, estão convidados a se associar e contribuir para democratização econômica do Brasil, não importando o tamanho e a localização dos municípios em que residem.

Por outra parte, atenção especial é dada nessa estratégia a uma rede de 326 municípios com mais de 100 mil habitantes, para a organização prioritária de Circuitos, facilitando o fluxo de meios de produção e de consumo aos demais municípios de menor adensamento a eles conectados.

De fato, se em cada um deles, por exemplo, forem organizados circuitos que somem mil famílias por município, com um consumo médio mensal de 500 reais por família nos empórios, haverá um faturamento anual de quase R\$ 2 bilhões [pois,  $236 \times 1.000 \times 500 \times 12 = 1,956$  bilhão de reais]. Considerando que 5% do faturamento venha a ser realizado como excedente para os Fundos Solidários, isso resulta em quase R\$ 100 milhões de reais para a expansão da Rede de Circuitos a cada ano, sem depender de qualquer empréstimo no sistema financeiro.

O potencial dessa organização é imenso, pois no Brasil em 2018 havia somente 205 cooperativas de Consumo, com 1.991.152 cooperados, assim distribuídas no país: Sudeste, 123 cooperativas com 1.687.904 cooperados (84,8%); Sul, 21 cooperativas com 290.587 cooperados (14,6%), Norte 18 cooperativas com 4.711 cooperados (0,2%), Nordeste 31 cooperativas com 4.262 cooperados (0,2%) e Centro-Oeste, 12 cooperativas com 3.688 cooperados (0,2%).

Embora o estado de São Paulo tenha apenas 26 cooperativas desse total, em 2018 elas tiveram um faturamento de R\$ 3,32 bilhões, alcançaram um patrimônio líquido de R\$ 690,5 milhões, seu endividamento alcançava a 48% dos ativos e seu Capital Social somava R\$ 269,36 milhões, com um crescimento de 46% nos últimos cinco anos.

A Associação envidará esforços para o diálogo com essas Cooperativas buscando a sua integração em Circuitos Econômicos Solidários e o reinvestimento solidário de parte de seus excedentes para a expansão de redes de circuitos solidários em todo o país.

Igualmente envidará esforços para a constituição de Associações Nacionais de Autogestão Comunitária nos demais países e a articulação de uma Rede Global de Circuitos Econômicos Solidários autogestionada por Comunidades Locais.



### III. Metodologia da Ação

Para implementar o seu Projeto Estratégico a Associação mantém um Programa Nacional de Incubação de Circuitos Econômicos Solidários que compõe ações de capacitação, assessoramento, subvenção de projetos, apoio material, monitoramento e avaliação com vistas à criação e consolidação de Circuitos Solidários, sua integração em redes colaborativas de economia solidária em nível local, regional e nacional e o desenvolvimento de sua capacidade de expandir-se e multiplicar-se de maneira sustentável e autogestionada nos diferentes contextos territoriais e culturais do país.

O Estatuto da Associação prevê a existência do sócio aprendiz, que recebe atenção especial na sua fase inicial de ingresso na Associação, para a compreensão de seu projeto político e social, de seu projeto estratégico, metodologia de ação e ferramentas de implementação.

Embora seja incentivada a ampla associação dos participantes locais do Circuito na Associação Solidária de Autogestão Comunitária do Brasil, isso deve ocorrer com base no amadurecimento de cada qual em sua adesão ao projeto político, social e estratégico da Associação, podendo as pessoas atuarem antes disso tão somente como consumidoras solidárias e participar de outras atividades econômicas de trocas e dádivas abertas pelo Circuito à participação de não-associados, conforme deliberação das comunidades locais.

#### Aspecto Econômico

O Método de incubação, sob o aspecto econômico, possui basicamente as seguintes ações.

1. Organização de um grupo de *sócios aprendizes* que receberá a capacitação básica para a criação e gestão de um Circuito Econômico Solidário.
2. Levantamento de famílias e empreendimentos, na comunidade, inicialmente interessados em participar do Circuito como consumidores e provedores.
3. Levantamento das necessidades de consumo final das famílias e de consumo produtivo dos empreendimentos e do que em geral as famílias e empreendimentos obtêm mensalmente em bens e serviços com suas compras, trocas e doações recebidas de produtos.
4. Elaboração de um catálogo de ofertas do Empório, reunindo, desses produtos (bens e serviços) mapeados, os que são mais demandados por todos e mais fáceis de ser comercializados inicialmente.
5. Levantamento de provedores solidários e não-solidários para esses produtos e das margens que podem ser negociadas com respeito ao preço médio final a ser oferecido aos consumidores.
6. Apresentar esse catálogo de ofertas aos interessados e dimensionar a previsão de *compras das famílias* para esses produtos e os excedentes que poderão ser realizados com a sua venda no Empório.
7. Dimensionar a previsão de *compras do empório* junto aos fornecedores solidários e não solidários para o atendimento dessa demanda e sua capacidade de sustentar a oferta ao longo do ano.
8. Projeção do fluxo de compras e vendas e das margens do Empório ao longo de um ano, considerando a previsão de compra mensal total das famílias e dos empreendimentos, a receita

- operacional mensal prevista do Empório, o custo total dos produtos, as despesas do Empório e as margens obtidas com a venda a famílias e empreendimentos.
9. Levantar a relação de possíveis fornecedores adicionais, solidários e não-solidários, para os diferentes produtos demandados, em caso de falta de sustentação da oferta pelos fornecedores principais.
  10. Elaborar um Plano de Sustentabilidade para o Empório, considerando o investimento fixo e circulante inicial, custos, despesas, receitas, o ponto de equilíbrio do Empório e os excedentes a serem destinados ao Fundo.
  11. Com base nesse Plano de Sustentabilidade projetar o número requerido de famílias para alcançar a sustentação do Empório com as compras mensais realizadas por elas, na ausência de compras dos empreendimentos.
  12. Considerando esse número de famílias, projetar a contribuição mensal do Empório para o Fundo, em percentual e valor absoluto.
  13. Apresentar esse Plano de viabilidade à comunidade e decidir pela organização de um empório próprio ou por contratar um empreendimento de comércio para operar como empório da comunidade, mantendo-se a margem de excedente a ser destinada ao Fundo comunitário sobre as compras feitas pelos associados nesse empreendimento de comércio.
  14. Caso o circuito pretenda, em sua fase inicial, investir em uma Planta Multiuso, elaborar um Plano de Investimento e de Sustentabilidade da Planta Multiuso, detalhando-se diferentes aspectos do investimento inicial, custos, despesas, resultados e retorno do investimento.
  15. Constituição da pessoa jurídica do Circuito pela comunidade local, para operar o empório próprio ou para contratar um empreendimento de comércio já existente que assumirá a função de Empório do Circuito, devendo destinar o percentual previsto sobre as vendas contratadas pelo Circuito para o Fundo solidário da comunidade.
  16. Monitoramento da execução do plano, mediante análise de relatórios periódicos.
  17. Integração do Circuito em rede econômica com outros circuitos, em níveis regional e nacional através de uma plataforma de tecnologia da informação, autogestionada pelas comunidades locais, facilitando o desenvolvimento e consolidação dos Circuitos locais;
  18. Estabelecimento de instalações próprias do Circuito, conforme as exigências legais, com alvará de funcionamento para as atividades de produção, intercâmbio e capacitação nas plantas multiuso, caso estas tenham sido projetadas;
  20. Alcançar a autossustentação do Circuito com os resultados apurados de suas atividades econômicas;
  21. Avaliação de impactos e atualização do plano estratégico de investimentos, definindo prioridades de investimento para a expansão do valor circulante ou criação de novos empreendimentos para a produção de bens e serviços demandados nos catálogos do circuito local e da rede nacional e global de circuitos.

## **Aspectos Educativo, Político e Social**

Sob o aspecto educativo adota-se a metodologia da educação popular, problematizando dialogicamente a realidade e abordando os diferentes conteúdos a serem trabalhados para a formação econômica, política, social e cultural dos participantes recuperando-se os saberes de experiência feitos pelos participantes e os saberes científicos sobre os diferentes conteúdos. Esse momento de reflexão é conectado com o momento de ação a ser revisado posteriormente, em nova reflexão coletiva, considerando todos os aspectos relacionados à práxis de libertação realizada.

Sob o aspecto político aprofunda-se o debate sobre o Manifesto da Associação e as diferentes propostas dos partidos políticos do campo democrático e popular e as diferentes visões da conjuntura, de modo que cada associado possa formar seu próprio juízo a respeito dos temas e desenvolver no partido de sua escolha uma atuação qualificada pela práxis da autogestão comunitária e de economia de libertação vivenciada no Circuito Econômico Solidário.

Sob o aspecto social aprofunda-se a democratização da economia, com o envolvimento dos associados em ampliar o alcance da Associação no país, com a integração de mais participantes no conjunto dos municípios, na promoção do bem associativo e do bem público, fortalecendo os processos de produção, circulação e crédito com base na autogestão comunitária.

## IV. Instrumentos Tecnológicos

### 1. Ferramentas de Tecnologia da Informação

Entre outros instrumentos tecnológicos usados pela Associação e disponibilizadas aos seus associados estão as ferramentas da plataforma [www.solidarius.net](http://www.solidarius.net), para redes colaborativas e circuitos econômicos solidários.

#### **Incubação de Circuitos Econômicos**

Para a incubação de Circuitos Econômicos Solidários tem-se uma ferramenta em desenvolvimento em [www.solidarius.net/pronices](http://www.solidarius.net/pronices), que facilita a elaboração de plano de sustentação do Empório e do Circuito como tal.

#### **Operacionalização de Circuitos Econômicos Solidários**

Essa ferramenta disponível provê funcionalidades para:

- Catálogos de compras, trocas e doações
- Gestão de compras e saldos em moedas
- Gestão de trocas e saldos em pontos
- Gestão de doações e registros de agradecimentos
- Autogestão do Circuito (consultas e deliberações coletivas)
- Gerenciamento de pedidos, ofertas e estoques
- Busca de ofertas e demandas
- Organização de comunidades
- Organização de Redes de Economia Solidária
- Administração do sistema

As funcionalidades estão disponíveis via aplicativo Android (telefones celulares e tablets) e por meio de website (celulares, tablets e computadores).

Em síntese cada usuário tem sua própria conta e senha e pode registrar suas ofertas e seus pedidos em catálogos de compra, troca e doação, realizar pagamentos, transferências de créditos e registros de agradecimentos por meios econômicos recebidos e participar de decisões autogestionadas.

Uma porcentagem de suas compras nos Catálogos do Empório é convertida em pontos e carregada no cartão de trocas a ser utilizado para a retirada de produtos nos catálogos de troca do circuito.

O valor monetário correspondente a estes pontos permanece no Fundo para ser utilizado em ações de libertação econômica, ou seja, em investimentos em meios de produção ou circulação ou em libertação de dívidas, expandindo as forças produtivas e de intercâmbio do circuito.

Os participantes do Circuito podem gerar seus próprios catálogos de compras, trocas e doações e intercambiar moedas, pontos e agradecimentos entre si através da plataforma, com estas transações sendo registradas na blockchain do Circuito.

O sistema preza pela transparência, havendo uma lista atualizada de saldos dos participantes, extratos das transações entre participantes e o Balanço do Sistema, com os saldos do Fundo Local do Circuito e das seções nacionais do Fundo Global.

A ferramenta de Conversão de Valores permite obter a cotação da Unidade Solidária de Valor - USV em moedas nacionais e de moedas nacionais em USV, para todos os países e para todos os meses a partir do ano 2000.

Através da USV, a ferramenta permite realizar a cotação do signo de valor, utilizado em uma comunidade econômica, em signos de valor locais utilizados em qualquer outra comunidade econômica em qualquer país integrada na Rede de Circuitos.

A ferramenta para deliberações autogestionadas permite aos participantes gerar consultas a todos e votar em tempo real. Até a metade do período de votação é preciso 50% mais um dos eleitores para aprovar ou rejeitar a proposta. Após este período, o coeficiente começa a diminuir até que seja alcançada uma solução para aprovar ou rejeitar a proposta.

A ferramenta de comunidades e mensagens permite a comunicação direta entre os participantes, enviando mensagens, organizando grupos, comunidades territoriais, comunidades econômicas ou comunicação com todos os membros de uma mesma comunidade.

Ferramenta de gestor local do Circuito Econômico Solidário permite realizar todas as funções de gestão local: criação de contas de usuários, registro de contribuições para o Fundo, registro de compras, pontos e doações, emissão e resgate de cédulas de moedas sociais cédulas para feiras de troca, lançamento de despesas, monitoramento, bloqueio e cancelamento de contas, registro de aportes para projetos, etc.

## **Reorganização de Fluxos Econômicos em Redes e Circuitos Solidários**

- **Mapeamento do fluxo econômico:** os empreendimentos mapeados são divulgadas no mecanismo de busca e o cruzamento de seus dados de ofertas, consumo e resíduos descartados permite diferentes diagnósticos simplificados dos fluxos econômicos no interior do Circuito para a organização de cadeias produtivas e redes de economia solidária.

- **Diagnóstico de conexões de rede e de cadeias produtivas:** o cruzamento de ofertas, demandas e resíduos descartados por bairros, municípios, regiões, estados e países ou por redes e comunidades econômicas permite organizar ações solidárias de: 1) compra e contratação conjunta do que é necessário aos empreendimentos, 2) comércio colaborativo e logística compartilhada do que é oferecido, 3) intercâmbio do que aparece simultaneamente como demandado e oferecido ou descartado por diferentes atores.

- **Elaboração de planos de sustentabilidade para empreendimentos:** com base nos dados de capacidade, investimentos, custos, preços e gestão de resíduos a ferramenta gera planos de sustentabilidade que podem ser ajustados para diferentes perfis. Os Planos geram indicadores de sustentabilidade econômica, ecológica e solidária, identificam fornecedores e clientes e os âmbitos de realização do valor. A informação é preservada na área privada dos usuários, que podem compartilhá-la com quem desejar para diagnósticos detalhados da rede.

- **Projetos de rede colaborativas de economia solidária:** o cruzamento de informações dos Planos de Sustentabilidade de Empreendimentos integrados em uma Rede permite diagnosticar em termos de diversidade, volumes e valores, os fluxos de consumo final e produtivo, os valores que entram, saem e circulam pela Rede em seus intercâmbios em relação aos circuitos econômicos capitalista e

solidário, os fornecedores e clientes mais conectados, os bens, serviços e insumos mais demandados. Permite igualmente diagnosticar a dependência da rede em relação a determinados fornecedores, clientes e processos, bem como elaborar estratégias colaborativas para a libertação econômica das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito.

• **Otimização dos fluxos econômicos em redes solidárias:** esta funcionalidade analisa os volumes totais demandados para os quais não há produção na Rede ou Circuito e os cruza com dados de um Banco de Projetos de empreendimentos. Se encontrar um projeto que produza o que é demandado na Rede e o volume mensal demandado for suficiente para sustentar o novo empreendimento, o programa propõe que tal empreendimento seja criado. Por outro lado, se qualquer empreendimento fatura mais que o dobro de seu próprio ponto de equilíbrio, o programa propõe que outro empreendimento do mesmo tipo seja criado e que a demanda existente seja dividida entre eles.

## 2. Instrumental Matemático para Projeção de Circuitos Econômicos Solidários

### Modelagem Matemática da Progressão Básica do Valor e Libertação de Forças Econômicas

A tabela a seguir apresenta os *conceitos básicos* envolvidos na modelagem da libertação de forças econômicas, as *variáveis* que os representam, sua *definição* em expressões matemáticas e sua *descrição* sintética. Na sequência tem-se um exemplo prático de sua aplicação geral.

**Tabela 1 – Instrumental Matemático Básico para a Projeção de Circuitos Econômicos**

Conceito	Variável	Definição	Descrição
Ciclo	$n$	$n = 1 + \log(a_n / a_1) / \log(i)$	um certo período de produção, circulação e realização de valor, que nesse exemplo será de um mês
Valor total	$v$	$v_n = (a_1 \cdot i^{n-1}) + (a_1 \cdot i^{n-1}) \cdot x \cdot y$	valor da força de produção ( <i>Produktivkraft</i> ) e de circulação ( <i>Zirkulationskraft</i> ) posta em movimento pelo trabalho no ciclo
Valor circulante	$a$	$a_n = a_1 \cdot i^{n-1}$	valor dos meios econômicos circulantes ( <i>flüssiges Wert</i> ) empregados na reprodução do valor
Razão de reprodução de valor	$x$	$x = i + u + o$	razão da reprodução do valor no ciclo de reprodução. Será ampliada se for maior que 1.
Razão de reinvestimento circulante	$i$	$i = x - u - o$	razão entre o valor circulante inicial ( <i>flüssiges Wert</i> ) do ciclo seguinte e o valor circulante inicial do ciclo anterior
Razão de investimento para novas unidades de produção e intercâmbio	$u$	$u = x - i - o$	razão entre o valor destinado no ciclo à criação de novas unidades de produção e intercâmbio e o valor circulante inicial do ciclo

Razão de doação de meios econômicos	$o$	$o = x - u - i$	razão entre o valor destinado no ciclo à doação (de meios de consumo final e produtivo e de estruturas e equipamentos de produção e circulação) e o valor circulante inicial do ciclo
Razão de uso do valor fixo	$y$	$y = ay / a$	razão do valor do investimento fixo ( <i>fixes Wert</i> ) inicial em relação ao valor do investimento circulante ( <i>flüssiges Wert</i> ) inicial
Valor fixo mínimo	$ay$	$ay_n = a_1 \cdot i^{n-1} \cdot y$	valor dos meios econômicos fixos ( <i>fixes Wert</i> ) segundo seu emprego na reprodução simples do valor circulante
Valor realizado	$ax$	$ax_n = a_1 \cdot i^{n-1} \cdot x$	valor realizado com a reprodução do valor circulante inicial do ciclo
Valor fixo ocupado	$axy$	$axy = a \cdot x \cdot y$	valor do emprego dos meios econômicos fixos ( <i>fixes Wert</i> ) segundo a razão de reprodução do valor circulante
Valor excedente	$\Delta ax$	$\Delta ax = ax - a$	diferença entre o valor realizado do produto no fim do ciclo e o valor circulante investido no início do ciclo
Valor circulante a ser reinvestido	$ai$	$ai = a \cdot i$	valor circulante transportado para a atividade do ciclo seguinte
Valor destinado ao Fundo de Investimento	$au$	$au = a \cdot u$	valor acumulado no ciclo para criar novas unidades de produção e circulação
Valor acumulado no Fundo de Investimento	$fu$	$fu_n = a_1 \cdot u \cdot [(i^n - 1) / (i - 1)]$	fundo acumulado para a criação de novas unidades de produção e circulação
Valor destinado ao Fundo de Doação	$ao$	$ao = a \cdot o$	valor acumulado no ciclo para a doação de meios de consumo, produção e circulação
Valor acumulado no Fundo de Doação	$fo$	$fo_n = a_1 \cdot o \cdot [(i^n - 1) / (i - 1)]$	fundo acumulado para a doação de meios de consumo, produção e circulação
Iniciativas existentes	$h$	$h = fu / (a + ay)$	número de unidades de produção e circulação existentes na rede de circuitos

### Exemplo de Aplicação

Uma comunidade com 225 famílias organiza um circuito econômico solidário, comprando cada família 200 reais por mês no empório solidário, totalizando 45 mil reais de faturamento mensal. Com os excedentes líquidos obtidos mês a mês, novos circuitos são criados conformando uma rede colaborativa entre eles. Se esse processo avançasse, integrando nessa rede de economia solidária

progressivamente todas as 69.017.704 famílias do país (IBGE, 2019b), quantos ciclos de reprodução ampliada do valor e de progressão da libertação das forças de produção, de intercâmbio e de crédito seriam necessários para essa rede atender ao consumo total mensal das famílias (**z**) no Brasil, estimado – com base no PIB de 2020 – em 386,74 bilhões de reais<sup>2</sup>, a partir desse primeiro circuito econômico solidário, com um valor circulante inicial (**a**) de 41.667 reais, um investimento fixo inicial (**ay**) de 83.334 reais, com um fator de reprodução ampliada do valor (**x**) por ciclo de 1,08, um fator de reinvestimento em valor circulante (**i**) de 1,05, um fator de investimento em novas unidades de intercâmbio e produção (**u**) de 0,02 e um fator de doação de meios de consumo final e produtivo (**o**) de 0,01?

Com base nessas proporções, quantas empresas (**h**) estariam integradas na rede nacional de circuitos econômicos solidários quando a demanda total fosse atendida, qual seria a dimensão das forças produtivas, de intercâmbio e de crédito então libertadas (**v**), o volume de signos não monetários de valor emitidos de modo autogestionado para trocas (**fu**) e o volume total de produtos entregues em doação nessa rede de circuitos até então (**fo**)?

Aqui analisaremos apenas o fluxo de valor, considerando a reprodução ampliada do valor das forças de produção e de intercâmbio e a sua distribuição em valores circulantes e fixos, nas proporções necessárias ao seu desenvolvimento sustentável na esfera da produção e circulação, bem como a emissão de signos não monetários de valor (pontos ou créditos recuperáveis em produtos) e a expansão da doação de meios de consumo e de meios de produção que, igualmente, alimenta a libertação de forças econômicas na esfera da produção e circulação.

Cabe esclarecer que, com relação ao PIB sob a ótica da despesa, o consumo das famílias corresponde a tudo o que não seja consumo dos governos, das empresas e saldo líquido de exportação-importação. Assim, o consumo das *famílias* envolve absolutamente todos os gastos monetários realizados pela população com bens e serviços para atender às suas necessidades. Recorde-se também que 18,1% do consumo total das famílias no Brasil, segundo o IBGE, refere-se a formas de obtenção não-monetárias, tais como produção própria, trocas e doações, que não envolvem pagamentos em dinheiro.

Na projeção que fazemos, os empórios são os empreendimentos iniciais a serem organizados para mediar o atendimento do consumo cotidiano das famílias. Porém, à medida que a rede se expande e que outros empreendimentos de intercâmbio são criados, expande-se igualmente a diversidade de oferta de bens e serviços nessas redes para atender às demais necessidades de consumo final das famílias – relacionadas, por exemplo, a produtos eletroeletrônicos, têxteis, mobiliário, veículos, etc. – ainda atendidas por empresas do setor do comércio nos circuitos econômicos do capital.

Projeção diversa poderia ser feita para incluir também o consumo das empresas e governos na demanda total a ser atendida. Mas, para fins didáticos de compreensão do potencial dessa estratégia, a projeção será feita aqui apenas para o atendimento do consumo das famílias.

Por fim, cabe destacar que as empresas solidárias a serem criadas, sob as figuras jurídicas que melhor convenham, operam como *células de redes colaborativas*, diversificando os bens e serviços oferecidos conforme as necessidades da própria rede, gerando os tecidos de um corpo econômico em que umas atendem às necessidades das outras. Com essa lógica, quando se apresenta como necessário criar empresas de porte muito maior, requerendo maiores investimentos iniciais ou faturamentos maiores para a sua sustentação no atendimento das demandas existentes, pode-se

2 Segundo o Banco Mundial (WORLD BANK, 2021, n.p.), o consumo anual das famílias no Brasil correspondeu a 62,715% do PIB em 2020. Como o PIB nesse ano foi de US\$ 1,445 trilhão, que correspondeu a R\$ 7,4 trilhões, o consumo anual das famílias correspondeu a de R\$ 4,64 trilhões e o consumo mensal a R\$ 386,74 bilhões. Conforme o IBGE (2019), os gastos mensais das famílias em 2018, em média, alcançaram a R\$ 4.649,03, dos quais 80,9% corresponderam a despesas de consumo, 11,7% ao pagamento de impostos, contribuições trabalhistas e outras despesas correntes, 3,2% à redução de dívidas e 4,0% a aumento do ativo.



utilizar recursos do *Fundo de Investimento* para integrar os valores correspondentes a duas ou mais *unidades* na constituição de empresas singulares com o dobro ou maior capacidade de circulação ou de produção de bens e serviços.

## Resultados Obtidos com a Projeção

As linhas da Tabela 2, produzida com uma ferramenta para Projeção de Circuitos, mostram os resultados iniciais e finais dessa etapa do processo de libertação econômica com base nos dados iniciais do circuito.

**Tabela 2 – Resultados dos ciclos iniciais e finais da etapa de libertação econômica projetada**

Ciclo	Valor Total	Valor Circulante	Valor Fixo Mínimo	Valor Realizado	Valor fixo Ocupado	Valor Excedente	Valor p/ Fundo de Doações	Fundo Acumulado p/ Doação	Valor p/ Fundo de Investimento	Fundo Acumulado p/ Investimento	Iniciativas
n	v	a	ay	ax	axy	$\Delta ax$	ao	fo	au	fu	h
1	131.668	41.667	83.334	45.000	90.001	3.333	417	417	833	833	1
2	138.251	43.750	87.501	47.250	94.501	3.500	438	854	875	1.708	1
3	145.164	45.938	91.876	49.613	99.226	3.675	459	1.314	919	2.627	1
4	152.422	48.235	96.470	52.094	104.187	3.859	482	1.796	965	3.592	1
5	160.043	50.647	101.293	54.698	109.396	4.052	506	2.302	1.013	4.605	1
...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
325	965.633.255.208	305.580.144.053	611.160.288.107	330.026.555.578	660.053.111.155	24.446.411.524	3.055.801.441	64.171.821.918	6.111.602.881	128.343.643.836	1.026.741
326	1.013.914.917.969	320.859.151.256	641.718.302.512	346.527.883.356	693.055.766.713	25.668.732.100	3.208.591.513	67.380.413.430	6.417.183.025	134.760.826.861	1.078.078
327	1.064.610.663.867	336.902.108.819	673.804.217.638	363.854.277.524	727.708.555.049	26.952.168.706	3.369.021.088	70.749.434.519	6.738.042.176	141.498.869.037	1.131.982
328	1.117.841.197.061	353.747.214.260	707.494.428.519	382.046.991.400	764.093.982.801	28.299.777.141	3.537.472.143	74.286.906.661	7.074.944.285	148.573.813.322	1.188.581
329	1.173.733.256.914	371.434.574.973	742.869.149.945	401.149.340.971	802.298.681.941	29.714.765.998	3.714.345.750	78.001.252.411	7.428.691.499	156.002.504.822	1.248.011

### Resultados da projeção para o último ciclo da Rede de Circuitos

Com base nas condições iniciais, seriam necessários 329 ciclos mensais de reprodução ampliada, realização de valor e progressão da libertação das forças de produção, de intercâmbio e de crédito, ou seja, 27 anos e 5 meses, para atingir a capacidade de atendimento mensal de todo o consumo das famílias no país por meio de empreendimentos solidários na área do comércio.

Apenas para atender ao *consumo final* – sem considerar, portanto, o *consumo produtivo* das empresas ou o grau de realimentação das cadeias produtivas – a rede de circuitos distribuídos em todos os municípios do país poderia ter, nesse momento, cerca de 1.248.011 empresas autogestionadas de *produção de bens e serviços* e de *circulação* (empórios, lojas, etc.), com um valor estimado em instalações totais e estoques na casa de 156 bilhões de reais. O número de estabelecimentos, entretanto, pode ser menor, a depender do porte das empresas. Por outra parte, esse número e o valor total de instalações e estoques podem ser maiores, uma vez que o *fundo de doações* também pode ser usado para doação de meios de produção ou de circulação na forma de plantas produtivas ou de intercâmbio, totalmente completas e funcionais, por exemplo.

Uma vez que o valor acumulado no *Fundo de Investimento* é o mesmo que suporta a emissão de signos de valor (pontos ou créditos) para transações não monetárias, na forma de trocas no interior dos circuitos ou entre eles, poderiam ser emitidos signos de valor não monetários até o correspondente a 156 bilhões de reais que, em caso de necessidade, poderiam ser liquidados em dinheiro no interior da rede. O volume emitido, entretanto, poderia ser menor, dependendo da sua real necessidade para operar-se adequadamente as trocas não-monetárias. Para todos os intercâmbios não monetários realizados nos circuitos, como trocas ou doações, os respectivos

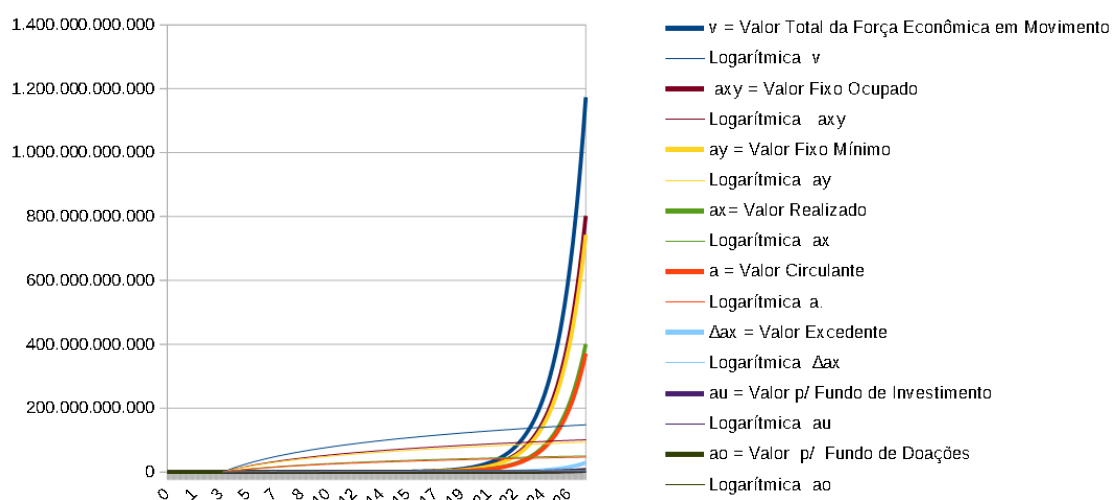
impostos também devem ser pagos, para preservar-se a arrecadação que sustenta as políticas públicas estatais.

No mês que corresponde ao 329º ciclo, a distribuição gratuita de quase 3,71 bilhões de reais em meios de consumo e produção poderia ser alcançada de maneira sustentável, de acordo com as deliberações autogestionadas de cada circuito. Isso corresponde, de fato, a 0,66% dos 554 bilhões de reais que os supermercados faturaram no Brasil no ano todo de 2020 ou a 8% de seu faturamento médio mensal. Isso ocorre porque, nesse momento, as redes de circuitos econômicos solidários, conforme a projeção desse exemplo hipotético, mediariam o atendimento de consumo não apenas dos produtos normalmente oferecidos nos supermercados e em outros empreendimentos de comércio, mas também dos serviços pagos que são consumidos pelas famílias e oferecidos por outras classes de empresas privadas ou públicas.

Se a demanda mensal a ser atendida fosse apenas a mediada pelos supermercados, isto é, R\$ 46,16 bilhões (R\$ 554 bilhões / 12 meses = R\$ 46,16 bilhões) em 2020, a capacidade de seu atendimento pela rede de circuitos econômicos solidários seria alcançada, com os parâmetros desse exemplo, no ciclo 285, isto é, em 23 anos e 9 meses, quando então essa rede poderia mediar o atendimento mensal de R\$ 46,87 bilhões. Nesse caso, o valor de volume mensal de produtos doados pelos circuitos solidários, no montante de R\$ 434 milhões, corresponderia a 0,94% do faturamento mensal dos supermercados brasileiros registrado em 2020.

Nessa projeção, que para fins didáticos envolve todo o conjunto do consumo das famílias no país, mais de 78 bilhões de reais, em meios de consumo e de produção, poderiam ter sido distribuídos gratuitamente no conjunto desses 329 meses de libertação das forças econômicas, ativando-se com essa distribuição gratuita as cadeias de produção e de circulação dos próprios circuitos – pois tudo o que é dado gratuitamente, com a utilização dos recursos do *Fundo de Doações*, tem que ser produzido e distribuído, fazendo com que os valores gastos nessas atividades se convertam, assim, em faturamento dos empórios e dos fornecedores solidários dos circuitos, ampliando em consequência a própria realização de excedentes líquidos no interior da rede como um todo.

**Figura 1 – Projeção hipotética de libertação de forças produtivas, de circulação e crédito no Brasil em 27 anos e 5 meses (em unidades de Real)**



A representação linear dessa progressão parece indicar que ela ganha expressão a partir de 19 anos. Mas a representação logarítmica nos mostra que, de fato, essa expressão está presente já nos primeiros ciclos, dado estar relacionada à *integração permanente na rede de circuitos econômicos solidários de um número crescente de famílias* que, ao assegurar o faturamento dos empórios solidários com suas aquisições mensais e ao exercer a autogestão sobre os fundos comunitários para

a criação dos novos empreendimentos, possibilita que os investimentos circulantes e fixos possam progredir segundo a razão projetada inicialmente para a libertação das forças econômicas no país.

Assim, o principal desafio para a execução de uma estratégia de libertação de forças econômicas desse tipo não é a carência inicial de dinheiro para investimentos, mas a necessidade de mobilização local das famílias e sua auto-organização em comunidades econômicas, como resultado de processos permanentes de informação, comunicação e educação popular.

As atividades de mobilização têm por objetivo ampliar o número de famílias integradas às comunidades econômicas locais e os processos de informação, comunicação e educação popular o objetivo de cultivar dialogicamente uma sensibilidade ética e uma consciência crítica sobre a realidade econômica vivida pelas pessoas, sobre as relações sociais de opressão e de libertação econômica e sobre a importância estratégica de auto-organização econômica das comunidades em sua práxis de libertação.

Com essa auto-organização, o consumo das famílias passa a ser atendido por empórios solidários, destinando-se as margens definidas democraticamente pela comunidade aos fundos de investimento e de doação e à expansão do valor circulante nos circuitos solidários, ampliando-se com essas ações o faturamento da rede como um todo ao longo de seus ciclos, possibilitando assim que as metas de libertação econômica das comunidades sejam alcançadas.

Os passos para a resolução de cada um desses elementos podem ser vistos no Anexo 2.

## Anexo 1 – Dados de Balanço da Coop – Cooperativa de Consumo, Santo André, 2020-2021

### EXTRATO DAS DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2020 E 2021 (em milhares de reais)

	Consolidado				
	2020	% AV	2021	% AV	% AH
Ingressos /receitas líquidas	2.462.290	100,0%	2.505.761	100,0%	1,77%
Dispêndios /custos com mercadorias	(1.843.812)	-74,9%	(1.855.367)	-74,0%	0,6%
<b>Sobras /lucro bruto</b>	<b>618.478</b>	<b>25,1%</b>	<b>650.395</b>	<b>26,0%</b>	<b>5,2%</b>
Dispêndios /despesas adm /oper	(545.589)	-22,2%	(580.843)	-23,2%	6,5%
Demais ingressos /receitas	59.406	2,4%	30.030	1,2%	-49,4%
Depreciação /amortização adm /oper	(68.812)	-2,8%	(61.560)	-2,5%	-10,5%
<b>Sobras /lucros antes do resultado financeiro</b>	<b>63.483</b>	<b>2,6%</b>	<b>38.022</b>	<b>1,5%</b>	<b>-40,1%</b>
Ingressos /receitas financeiras	55.686	2,3%	3.266	0,1%	-94,1%
Dispêndios/despesas financeiras	(18.832)	-0,8%	(26.924)	-1,1%	43,0%
Juros s /capital	(27.808)	-1,1%	-	0,0%	100,0%
Resultados financeiros	9.046	0,4%	(23.659)	-0,9%	-361,5%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-
<b>Sobras /lucros antes do IRPJ /CSLL</b>	<b>72.529</b>	<b>2,9%</b>	<b>14.363</b>	<b>0,6%</b>	<b>-80,2%</b>
IRPJ/CSLL correntes	(31.228)	-1,3%	(3.921)	-0,2%	-87,4%
IRPJ/CSLL diferidos	(1.909)	-0,1%	4.434	0,2%	-332,3%
Imposto de renda e contribuição social	(33.137)	-1,3%	513	0,0%	-101,5%
<b>Sobras /lucros antes das destinações e transferência legais e estatutárias</b>	<b>39.392</b>	<b>1,6%</b>	<b>14.876</b>	<b>0,6%</b>	<b>-62,2%</b>
Transferências de dispêndios para RATES	2.129	0,1%	6.985	0,3%	228,1%
Transferência de dispêndios para fundo de expansão e benfeitorias	9.773	0,4%	9.173	0,4%	-6,1%
<b>Sobras /lucros antes das destinações legais e estatutárias</b>	<b>51.294</b>	<b>2,1%</b>	<b>31.034</b>	<b>1,2%</b>	<b>-39,5%</b>
Transferência para reserva legal	(4.282)	-0,2%	(1.769)	-0,1%	-58,7%
Transferência para RATES	(10.611)	-0,4%	(14.228)	-0,6%	34,1%
Fundo de expansão e benfeitorias	(17.860)	-0,7%	(2.437)	-0,1%	-86,4%
<b>Sobras líquidas à disposição da A.G.O</b>	<b>18.540</b>	<b>0,8%</b>	<b>12.600</b>	<b>0,5%</b>	<b>-32,0%</b>
Participação controladora	18.540	0,8%	12.600	0,5%	-
Participação não controladora	-	0,0%	-	0,0%	-

Fonte: <https://www.portalcoop.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio.pdf>

## Anexo 2 – Emprego do Instrumental Matemático na Projeção Simplificada de Fluxos Econômicos em Redes de Circuitos Econômicos Solidários

Como os ciclos estimados serão mensais, precisamos dividir o consumo anual das famílias no Brasil em 2020 (R\$ 4.640.910.000.000) por 12 meses, para chegar ao consumo final mensal a ser atendido<sup>3</sup> (**rf**), o que resulta em R\$ 386.742.500.000.

Condições iniciais ou dados de partida:

- h** = 1 empório de um circuito
- a** = 41.667 reais (investimento inicial circulante)
- ay** = 83.334 reais (investimento inicial fixo)
- x** = 1,08 (razão de reprodução do valor)
- i** = 1,05 (razão de reinvestimento circulante)
- u** = 0,02 (razão de reinvestimento para novas unidades de produção ou circulação)
- o** = 0,01 (razão de doação de meios econômicos)
- rf** = 386.742.500.000 reais (consumo final mensal a ser atendido)
- s** = 45.000 reais (faturamento mínimo mensal ou ponto de equilíbrio de cada unidade solidária)
- b** = 325.000 reais (capacidade máxima de fornecimento mensal de cada unidade solidária)

Resultados a serem alcançados:

- n** – número de ciclos executados para atender ao consumo final mensal das famílias
- v<sub>n</sub>** – valor das forças econômicas de produção e circulação postas em movimento no ciclo final
- h<sub>n</sub>** – número de unidades empresariais no ciclo final
- fu<sub>n</sub>** – volume total de signos de valor não-monetário (pontos) solventes que podem ser emitidos na rede de circuitos
- fo<sub>n</sub>** – volume total de produtos entregues em doação na rede de circuitos incluindo o ciclo final
- ao<sub>n</sub>** – volume de produtos oferecidos para doação no ciclo final

Primeiramente calculamos o valor de **y**, considerando a relação entre o investimento fixo inicial **ay** e o valor circulante inicial **a** para a reprodução simples do valor com o uso mínimo das estruturas.

$$y = ay / a$$

$$y = 83.334 / 41.667$$

$$y = 2$$

3 Sob o aspecto da demanda, representamos com a letra **z** o *consumo final* a ser atendido. Sob o aspecto da oferta esse valor corresponde à *receita do consumo final*, que representamos com a variável **rf**, a ser obtida pelos empreendimentos de circulação de meios de consumo final. No segundo anel de modelagem, que não será detalhado nesse texto, para mensurar o *grau de realimentação da cadeia produtiva*, são consideradas nas funções de modelagem não apenas as receitas obtidas com o *consumo final*, mas, igualmente, com o *consumo produtivo* dos empreendimentos ao longo das cadeias produtivas no interior da rede de circuitos econômicos solidários. Assim, considerando o primeiro e o segundo anéis dessa modelagem temos as seguintes variáveis, cujos valores se alteram a cada ciclo de progressão e de libertação das forças econômicas: **r** = receita total de cada ciclo de produção e circulação; **rf** = receita gerada pela aquisição dos consumidores nos empórios; **rp** = receita gerada pela aquisição dos empórios junto aos produtores de meios de consumo final; **ri** = receita gerada pela aquisição de insumos, pelo produtor final, junto a empreendimentos provedores de meios de produção.

Em seguida, o valor circulante final  $a_n$ , a partir do consumo final  $rf$ , dado que este corresponde  $a \cdot x$ .

$$rf = a_n \cdot x$$

$$a_n = rf / x$$

$$a_n = 386.742.500.000 / 1,08$$

$$a_n = 358.094.907.407$$

Em seguida, o número de ciclos  $n$  de progressão das forças econômicas para que sejam capazes de atender ao consumo final mensal  $a_n \cdot x$ , considerando o valor circulante do ciclo final  $a_n$  e o valor circulante do ciclo inicial  $a_1$ .

$$n = 1 + \log (a_n / a_1) / \log (i)$$

$$n = 1 + \log (358.094.907.407 / 41.667) / \log (1,05)$$

$$n = 1 + \log (8594209,02409581) / \log (1,05)$$

$$n = 1 + 6,93420591217 / 0,02118929906$$

$$n = 1 + 327,250367864$$

$$n = 328,250367864$$

$$n = 329$$

Assim, a produção e intercâmbio para atender à demanda total é alcançada após o ciclo 328, mas permanece abaixo do resultado total de produção e intercâmbio alcançado no final do ciclo 329. Por isso, o volume a ser produzido e intercambiado no ciclo 329 deveria ser ajustado para corresponder ao valor da demanda e não gerar superprodução.

Depois, calculamos o tamanho final das forças econômicas.

Mesmo que

$$v_n = a + a \cdot x \cdot y$$

pareça idêntico a

$$v_n = (a_1 \cdot i^{n-1}) + (a_1 \cdot i^{n-1}) \cdot x \cdot y$$

na verdade, essas sentenças não representam a mesma coisa.

No primeiro caso, o valor máximo estipulado para  $a$ , com base no consumo final, define o valor  $v$ .

No segundo caso, o valor final do ciclo, no qual  $a$  é reproduzido na mesma razão de  $x$ , é o que define o valor  $v$ , resultando numa produção e intercâmbio superiores ao necessário, uma vez que não foram interrompidos durante o ciclo, quando a magnitude de produção e intercâmbio do produto final demandado foi atingida.

Então, vejamos.

No decurso do ciclo, no momento exato em que a produção e o intercâmbio atingem o limite estabelecido, temos o seguinte:

$$v_n = a + a \cdot x \cdot y$$

$$v_n = 358.094.907.407 + 358.094.907.407 \cdot 1.08 \cdot 2$$

$$v_n = 1.131.579.907.406$$

Mas, se o ciclo continuar até a sua conclusão, a magnitude de  $v$  será maior.

$$v_n = (a_1 \cdot i^{n-1}) + (a_1 \cdot i^{n-1}) \cdot x \cdot y$$

$$v_n = (41.667 \cdot 1,05^{329-1}) + (41.667 \cdot 1,05^{329-1}) \cdot 1,08 \cdot 2$$

$$v_n = (41.667 \cdot 8914358,48448) + (41.667 \cdot 8914358,48448) \cdot 1,08 \cdot 2$$

$$v_n = 1.173.733.256.914$$

Seguindo adiante, para calcular o volume de signos não monetários de valor que poderiam ser emitidos (pontos, bônus, etc), na metodologia adotada nessa projeção, devemos relacioná-los com a magnitude do *Fundo de Investimentos (fu)*. Esse fundo é utilizado para a criação de novas unidades de produção e de intercâmbio, sob a forma de investimento fixo e circulante. Desse modo, todo signo não-monetário de valor emitido está sempre associado à magnitude de ativos reais, mas pode ser liquidado com valores do fundo de investimento.

$$fu_n = a_1 \cdot u \cdot [(i^n - 1) / (i - 1)]$$

$$fu_{329} = 41.667 \cdot 0,02 \cdot [(1,05^{329} - 1) / (1,05 - 1)]$$

$$fu_{329} = 41.667 \cdot 0,02 \cdot [(9360076.4087 - 1) / (1,05 - 1)]$$

$$fu_{329} = 41.667 \cdot 0,02 \cdot 187201508,174$$

$$fu_{329} = 156.002.504.822$$

Por sua vez, é possível calcular o volume de produtos doados  $ao_n$  no ciclo final – quando a magnitude da produção e do intercâmbio atingem a extensão da necessidade final a ser atendida – da seguinte forma.

$$ao_n = a_n \cdot o$$

$$ao_n = a_1 \cdot i^{n-1} \cdot o$$

$$ao_{329} = 41.667 \cdot 1,05^{329-1} \cdot 0,01$$

$$ao_{329} = 41.667 \cdot 8914358,48448 \cdot 0,01$$

$$ao_{329} = 3.714.345.750$$

E o volume total de doações realizadas ao longo de toda a série é calculada do seguinte modo:

$$fo_n = a_1 \cdot o \cdot [(i^n - 1) / (i - 1)]$$

$$fo_{329} = 41.667 \cdot 0,01 \cdot [(1,05^{329} - 1) / (1,05 - 1)]$$

$$fo_{329} = 41.667 \cdot 0,01 \cdot [(9360076.4087 - 1) / (1,05 - 1)]$$

$$fo_{329} = 41.667 \cdot 0,01 \cdot 187201508,174$$

$$fo_{329} = 78.001.252.411$$

Finalmente, o cálculo do número de empresas existentes deve levar em conta tanto os valores do *Fundo de Investimento (fu)* para a criação de novas *unidades empresariais*, como também o volume de faturamento em consumo final obtido (**rf**) em relação aos parâmetros de *surgimento (s)* e de *bifurcação (b)* das empresas. Desta forma, teremos o número máximo e mínimo de unidades empresariais que poderão existir, considerando o investimento disponível para criá-las e o faturamento mínimo requerido e máximo possível para o seu funcionamento. Cabe lembrar que uma empresa pode surgir compondo o investimento requerido para mais de uma *unidade empresarial*, como já explicado anteriormente.

Assim, o número de unidades possíveis de serem criadas com os recursos do *Fundo de Investimentos* é  $h = fu / (a + ay)$ , dado que a criação de uma nova unidade requer não só o investimento fixo ( $ay$ ), mas também o investimento circulante ( $a$ ).

$$h = fu / (a + ay)$$

$$h = 156.002.504.822 / (41.667 + 83.334)$$

$$h = 1.248.010$$

Mas como continuarão a existir fluxos excedentes para investimentos em instalações de produção e intercâmbio nos ciclos subsequentes, novas unidades poderão continuar a ser criadas. Como nenhuma empresa pode manter-se sustentavelmente com um faturamento abaixo da reprodução simples do seu ponto de equilíbrio, o volume de faturamento mínimo para ser criada, neste exemplo, é  $s = 45.000$ . Por outro lado, ela não pode atender a demandas que excedam sua capacidade máxima, o que exige a sua bifurcação, isto é, compartilhar a demanda com outras empresas para atendê-la de maneira conjunta, o que neste exemplo didático está definido em  $b = 325.000$ .

Assim, dividindo o faturamento obtido no ciclo final, que corresponde a 386.742.500.000 reais, por esses dois valores, teremos o que poderia ser o número máximo e mínimo de unidades empresariais nas redes de circuitos econômicos solidários para atender às demandas de consumo final, mediadas por seus empórios e por outros empreendimentos de circulação.

O número mínimo de empresas já poderia existir com os recursos disponíveis no *fundo de investimentos*. Por outro lado, o número máximo de empresas para atender a mesma demanda só poderia ser alcançado quando o montante do *fundo de investimentos* o permitisse ou com a utilização do *fundo de doações*, doando-se plantas de produção ou de circulação, instaladas e funcionais, para a constituição de novos empreendimentos.

Cabe salientar que os valores do *fundo de investimentos (fu)* podem ser utilizados para a criação de novos empreendimentos *com empréstimos que são depois devolvidos ao fundo*. Portanto, o valor total do investimento feito nos circuitos, criando empresas de circulação e posteriormente empresas de produção com estes empréstimos, pode ser muito superior ao valor acumulado no próprio fundo.<sup>4</sup>

Por outra parte, os valores do *fundo de doações (fo)* não são restituídos ao fundo pelos beneficiários. Porém, com base nos princípios de *retribuição e reciprocidade na dádiva*, os valores recebidos em doação por um grupo de participantes do circuito, que lhes possibilita montar uma padaria comunitária, por exemplo, deve ser recuperado ao longo dos anos, segundo sua possibilidade, para ser, por fim, também doado a outro grupo, que assume idêntica responsabilidade para com a comunidade. Assim, um mesmo recurso inicial possibilita, ao longo do tempo, a montagem de diversos empreendimentos.

Periodicamente essa projeção de empreendimentos deve ser refeita, tendo em conta os perfis das empresas que foram criadas, alterando-se os parâmetros de *surgimento* e de *bifurcação*, de *investimento fixo* e *circulante* para constituição de novas unidades, etc, conforme a própria realidade do processo de libertação de forças econômicas.

4 Nesse texto não está detalhado o fundo de depreciação. Contudo, como a *depreciação* é calculada como *custo* e seu valor é transportado ao *preço final* de venda dos produtos, os valores referentes ao *fundo de depreciação*, nesse exemplo, são devidamente recolhidos e empregados para a renovação do investimento fixo, independentemente dos valores acumulados no fundo de investimento que advém dos excedentes líquidos realizados.



Para o exercício de projeção inicial básica, o *número mínimo* de empresas, se a capacidade máxima de todas elas fosse ocupada, é o seguinte:

$$\begin{aligned}hb &= rf / b \\hb &= 386.742.500.000 / 325.000 \\hb &= 1.189.977\end{aligned}$$

Por outro lado, o *número máximo* de unidades empresariais, se a capacidade de todas estivesse minimamente ocupada, seria hipoteticamente:

$$\begin{aligned}hs &= rf / s \\hs &= 386.742.500.000 / 45.000 \\hs &= 8.594.278\end{aligned}$$

Considerando que no Brasil, conforme o Mapa de Empresas, do Ministério da Economia (2021, p.1), com dados do segundo quadrimestre de 2021, existem 18.440.986 empresas ativas, que a população economicamente ativa no país, com dados de abril-junho de 2020, compõem-se de 96.138.000 pessoas (Ministério da Economia, 2020, p.4), das quais 14,4 milhões estavam desempregadas no segundo trimestre de 2021, vemos que é possível, com essa estratégia de libertação de forças econômicas, gerar muitos postos de trabalho com a criação de muitas empresas autogestionadas por trabalhadores e trabalhadoras na economia solidária brasileira, contribuindo para o bem-viver das famílias e das comunidades locais, atendendo-se às suas próprias necessidades de consumo.

Cabe salientar que, se a capacidade de todas as empresas estivesse apenas minimamente ocupada, não haveria geração de excedentes mas apenas a reprodução simples do valor, impossibilitando a progressão da libertação econômica.

Por fim, o *número médio de empresas* toma como referência o valor médio de faturamento a ser realizado, calculado com base nos valores mínimo e máximo para surgimento e bifurcação. Nesse caso, poderíamos ter 2.090.500 empresas integradas na rede nacional de circuitos econômicos solidários.

$$\begin{aligned}hm &= rf / [(s + b) / 2] \\hm &= 386.742.500.000 / [(45.000 + 325.000) / 2] \\hm &= 2.090.500\end{aligned}$$

A tendência, porém, devido ao melhor aproveitamento da capacidade instalada de todas as empresas existentes, é que o número de empresas se aproxime do mínimo, mas reduzindo a jornada de trabalho de todos para ocupar mais pessoas, contribuindo assim para assegurar a distribuição de renda que, por sua vez, sustenta a demanda solvente de consumo final das famílias, realimentando as cadeias de circulação e de produção nos próprios circuitos econômicos solidários.

Se o número mínimo de empresas requeridas para satisfazer a necessidade existente for superior ao número de empresas que podem ser criadas com os recursos do *Fundo de Investimento*, então é necessário refazer o projeto inicial de sustentabilidade das unidades empresariais, para alterar os parâmetros de surgimento e bifurcação das empresas e outros fatores que sejam necessários para isso.

Com base na estratégia proposta, deve-se primeiramente desenvolver e ampliar as mediações comerciais dos circuitos econômicos solidários, alargando seu espectro de atuação em rede nacional para alcançar a todas as áreas comerciais possíveis – alimentos e bebidas, produtos de higiene e limpeza, fármacos, artigos para o lar, cama, mesa e banho, mobiliário, eletrodomésticos, produtos

eletrônicos (com atenção especial para telefones celulares, computadores e TVs), veículos e outros produtos industrializados, etc. A partir daí, considerando a totalidade dos produtos que são comercializados nos circuitos solidários, as novas empresas a serem criadas com recursos dos Fundos devem avançar tanto na produção de bens e serviços voltados a substituir produtos não-solidários e não-ecológicos por produtos solidários e ecológicos, quanto no atendimento das demandas por insumos e por outros meios de produção necessários aos empreendimentos solidários que atuam como fornecedores da rede de circuitos.

A plataforma nacional on-line, de propriedade dessa rede de circuitos e autogestionada por ela mesma, pode facilitar muito a conexão nacional entre os circuitos locais e fornecedores solidários, a consolidação de cadeias de suprimento e logística, de maior alcance, envolvendo diferentes modais de transporte e, especialmente, a própria integração nacional dos participantes dessa rede entre si, em seus fluxos econômicos, de poder e de conhecimento, fortalecendo ações estratégicas de informação, comunicação e educação popular para ações conjuntas em nível local, regional e nacional.

Assim, a transformação do *processo do valor como um todo* começa com a substituição dos anéis do *capital comercial e crédito*, usando-se os valores do fundo de investimento para o crédito necessário à criação de novas iniciativas de circulação, e avança em seguida, de igual modo, na substituição dos anéis do *capital produtivo*, com a criação de empresas destinadas à produção solidária e ecológica de bens e serviços, meios de consumo e de produção. Desse modo, o processo de libertação econômica progride, ao longo do tempo, com a substituição gradual dos *circuitos econômicos capitalistas* por *circuitos econômicos solidários*.

## **Anexo 3 – Como ingressar na Associação Solidária de Autogestão Comunitária do Brasil**

Uma página provisória da Associação pode ser acessada em [www.comunir.org](http://www.comunir.org). Nela é possível inscrever-se para uma capacitação online sobre o tema. Para obter outras informações, envie um e-mail para [info@comunir.org](mailto:info@comunir.org).

Para solicitar o seu ingresso na Associação, preencha apenas os campos destacados em amarelo no formulário a seguir e envie para [info@comunir.org](mailto:info@comunir.org).

Você será convidado a participar de uma capacitação a distância, para dialogar sobre o Manifesto e os Estatutos da Associação. E, depois disso, poderá confirmar ou não a sua solicitação de ingresso na Associação. Somente após a sua solicitação ser aprovada em Assembleia você estará de fato integrado na Associação.

<b>ASSOCIAÇÃO SOLIDARIA DE AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA DO BRASIL</b>					
CNPJ: 48.432.055/0001-05					
<b>FICHA DE ASSOCIAÇÃO (MATRÍCULA)</b>					
<b>NOME:</b>				<b>Nº da matrícula:</b>	
<b>RG:</b>			<b>CPF:</b>		
<b>Telefone:</b>	( )		<b>E-mail:</b>		
<b>Data de nascimento:</b>			<b>Nacionalidade:</b>		
<b>Estado civil:</b>			<b>Formação:</b>		
<b>Residência:</b>					
<b>Município:</b>			<b>UF:</b>		<b>CEP:</b>
<b>Admitido em</b>			<b>Conforme ata de</b>		
<b>Associado (a)</b>			<b>Presidente</b>		
<b>Testemunhas:</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Exclusão</b>	Em ____/____/____		Conforme ata de ____/____/____		
<input type="checkbox"/> <b>Demissão</b>					
<input type="checkbox"/> <b>Eliminação</b>					
<b>Associado (a)</b>			<b>Presidente</b>		
<p>Eu _____ declaro estar recebendo nesta data os seguintes documentos: a) cópia do Estatuto Social da Associação Solidária de Autogestão do Brasil. b) Declaro ainda, ter sido orientado quanto ao funcionamento da Associação, em especial no que se refere a direitos e deveres do Associado, manifestando minha concordância com as diretrizes que orientam as atividades da Associação.</p> <p><b>Observações:</b> _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>					
<b>Assinatura Requerente a sócio da Associação Solidária de Autogestão Comunitária do Brasil</b>					
Curitiba, PR, -----/-----/-----					